

Projecto: Dinâmicas rural-urbanas

Caso de Estudo: Bairro do Marçal

Fase 1: Resultados dos inquéritos

Introdução

Este documento apresenta os resultados dos inquéritos realizados no bairro do Marçal em Luanda no mês de junho de 2021. A partir deste exercício foi possível efetuar a recolha de dados e desta forma, efectuar uma caracterização dos problemas e necessidades sentidas pela população local. Este estudo foi elaborado com base em 205 questionários à população residente no bairro.

Este trabalho contou com a participação de vários técnicos de diferentes áreas e outras entidades, que serão referidas ao longo do documento, dentro de uma metodologia adaptada à situação do local e disponibilidade dos envolvidos.

Os resultados desta análise enquadram-se nos objetivos do Laboratório Urbano de Angola - LURA, nomeadamente, identificar o fenómeno de dinâmicas rural-urbanas para auxiliar a gestão político-administrativa a efetuar investimentos mais equilibrados no território e planejar de forma mais eficaz o crescimento dos centros urbanos.

O compromisso com os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS

A agenda global para o desenvolvimento sustentável das cidades onde se realça a Agenda 2030 e os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), a Nova Agenda Urbana, auxiliam e permitem aos governos dos países que as subscrevem a criação de estratégias, políticas públicas e práticas que podem potencializar as ações locais. Entretanto, a responsabilidade de implementação dos ODS não se restringe aos governos, mas requer uma parceria global, com participação ativa da sociedade civil e comunidades, do setor privado, das universidades e meios de comunicação. Sublinha-se também a necessidade de mobilizar recursos financeiros e de reforçar as capacidades de implementação.

O LURA, como organização da sociedade civil sem fins lucrativos, pretende auxiliar as autoridades locais e outras envolvidos nesta temática, no alcance das metas preconizadas. O estudo aqui elaborado abrange matérias definidas principalmente pela ODS 11, que pretende tornar as cidades e comunidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis. O ODS 11 refere-se a temas intrinsecamente relacionados à urbanização, como mobilidade, gestão de resíduos sólidos e saneamento, bem como o planeamento e aumento da resiliência dos assentamentos humanos, tendo em conta as necessidades diferenciadas das áreas rurais, periurbanas e urbanas. O objetivo tem três ferramentas necessárias para atingir o ODS e sete metas que se referem àquilo que tem que ser atingido com os respetivos indicadores. (Agenda2030.org)



Metas do Objetivo ODS 11

11.a Apoiar relações económicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, periurbanas e rurais, reforçando o planeamento nacional e regional de desenvolvimento

11.b Até 2020, aumentar substancialmente o número de cidades e assentamentos humanos que adotaram e implementaram políticas e planos integrados para a inclusão, a eficiência dos recursos, mitigação e adaptação à mudança climáticas, a resiliência e desastres; desenvolver e implementar, com o Enquadramento para a Redução do Risco de Desastres de Sendai 2015-2030, a gestão holística do risco de desastres, a todos os níveis;

11.c Apoiar países menos desenvolvidos, inclusive por meio de assistência técnica e financeira, para construções sustentáveis e resilientes, utilizando materiais locais;

11.1 Até 2030, garantir o acesso a todos à habitação segura, adequada e a preço acessível, garantir o acesso aos serviços básicos e melhorar as condições nos assentamentos informais;

11.2 Até 2030, proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível para todos, melhorando a segurança rodoviária por meio da expansão da rede de transportes públicos, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos;

11.3 Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e as capacidades para o planeamento e gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis, em todos os países;

11.4 Fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o património cultural e natural do mundo;

11.5 Até 2030, reduzir significativamente o número de mortes e o número de pessoas afetadas por catástrofes e diminuir substancialmente as perdas económicas diretas causadas por elas em relação ao produto interno bruto global, incluindo as catástrofes relacionadas com a água, focando-se sobretudo na proteção dos pobres e as pessoas em situação de vulnerabilidade;

11.6 Até 2030, reduzir o impacto ambiental negativo per capita das cidades, inclusive prestando especial atenção à qualidade do ar, gestão de resíduos municipais e outros;

11.7 Até 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, em particular para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência.



Objetivos do Estudo

O objetivo geral desta análise está de acordo com os objetivos do Lura, onde se propõem as seguintes metas específicas:

- Estudar as áreas urbanas consolidadas com vizinhança de áreas de génese informal (musseques) numa Capital da Província de alta densidade populacional (Luanda);
- Criar uma base de dados urbanos que se pretende ser partilhada com a comunidade em geral atualizada periodicamente;
- Determinar as motivações do movimento rural – urbano e interurbano;
- Perceber a dinâmica de ocupação informal do solo, relação com a áreas de trabalho e acesso aos transportes coletivos formais ou informais;
- Identificar a origem das populações residentes em áreas de génese informal;
- Perceber a relação da população com os espaços públicos do bairro;
- Estudar a problemática habitacional nestas áreas e arredores;
- Perceber a atual relação da gestão urbana com o aparecimento e consolidação destas áreas e arredores.

Metodologia

O questionário foi elaborado com foco nos espaços públicos, mas também com relevância em questões como agregado familiar, habitação, qualidade da água e transportes. Contém um total de 52 perguntas entre elas escolha múltipla e algumas de resposta aberta. Todas as respostas são confidenciais, deixando a identidade do participante anónima, e a participação foi completamente voluntária.

A formação das equipas de campo contou com a participação de técnicos do LURA, membros das comunidades e administração, parceria com a Universidade Católica de Angola (UCAN) e o Instituto do Planeamento e Gestão Urbana de Luanda (IPGUL) na elaboração de estratégias para o desenvolvimento do estudo.

Trabalho de Campo

Os questionários foram realizados pelas ruas do bairro do Marçal durante 4 dias com base num mapa, previamente elaborado, com a divisão do bairro em zonas para uma melhor logística de recolha. Para o levantamento de dados contamos com a participação dos estudantes universitários da UCAN que foram acompanhados pelos técnicos do LURA, e a recolha foi feita com papel e caneta. No total obteve-se um levantamento de 205 inquéritos que no fundo representam 205 possíveis interpretações da vivência familiar (alargada) no bairro Marçal.



Área de Estudo – O caso do bairro Marçal

O crescimento extensivo de contextos de génese não planeada, ou resultantes de matriz especulativa, tem agravado a discrepância das condições de vida das populações estruturalmente fragilizadas que, de modo acelerado, se confrontam com mudanças relevantes em processos de organização que alteram significativamente a construção de relações socioespaciais. A configuração e (auto)organização destes contextos informais ou de génese formal não planeada não tem correspondido à produção de espaços de vivências públicas comuns.

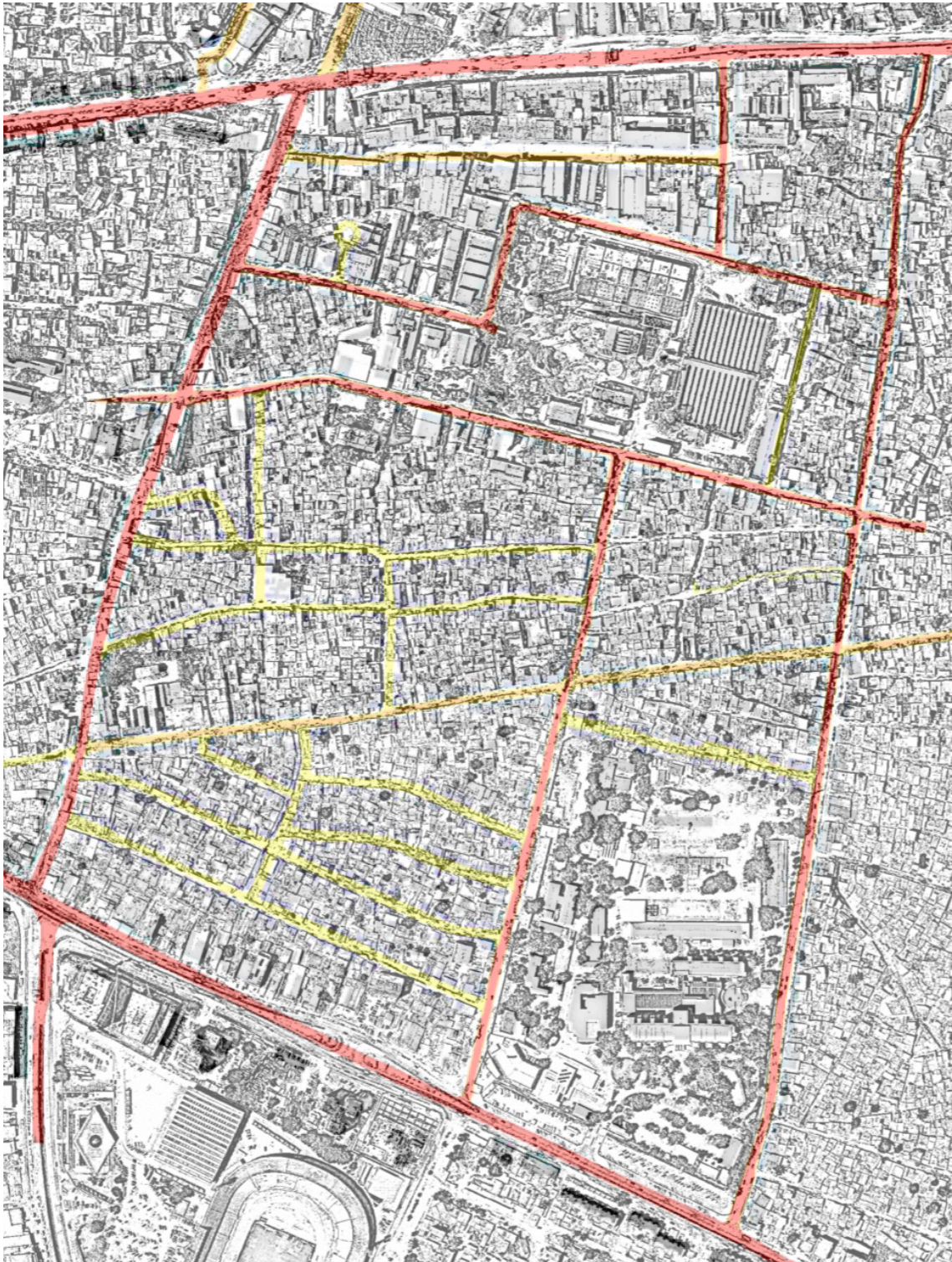
À margem da urbe formal, a mais ou menos 3 Km da Mutamba (centro histórico da cidade), no sentido este do planalto interior, o Bairro Marçal representa fisicamente a segregação social no espaço urbano Kaluanda. De raiz secular fundacional, o bairro, é caracterizado por uma expansão acelerada, livre e desordenada, resultante do seu crescimento demográfico (in)formalmente (auto)planeado.

A configuração formal que hoje apresenta, um tecido urbano que mistura as noções vinculadas aos Bairros Indígenas dos anos 50 (quarteirão alongado) desenvolvidas pelo Arquitecto Fernando Batalha e as estratégias de desenvolvimento do Gabinete de Urbanização coordenado pelo Arquitecto Simões de Carvalho (Unidades de Vizinhança) já no decorrer dos anos 60. O bairro, que já foi musseque, longe do centro histórico de Luanda, território de casebres onde sempre viveu população marginalizada, apresenta-se hoje entalado por vias estruturantes que o arrastam para um modo de vida urbano que em nada tem a ver com o seu carisma cultural identitário e de sobrevivência própria. Estes novos modos de vida, desde os anos 60, têm trazido ao Marçal os constrangimentos estruturais naturais que pesam sobre as áreas periurbanas, as periferias históricas, de Luanda.

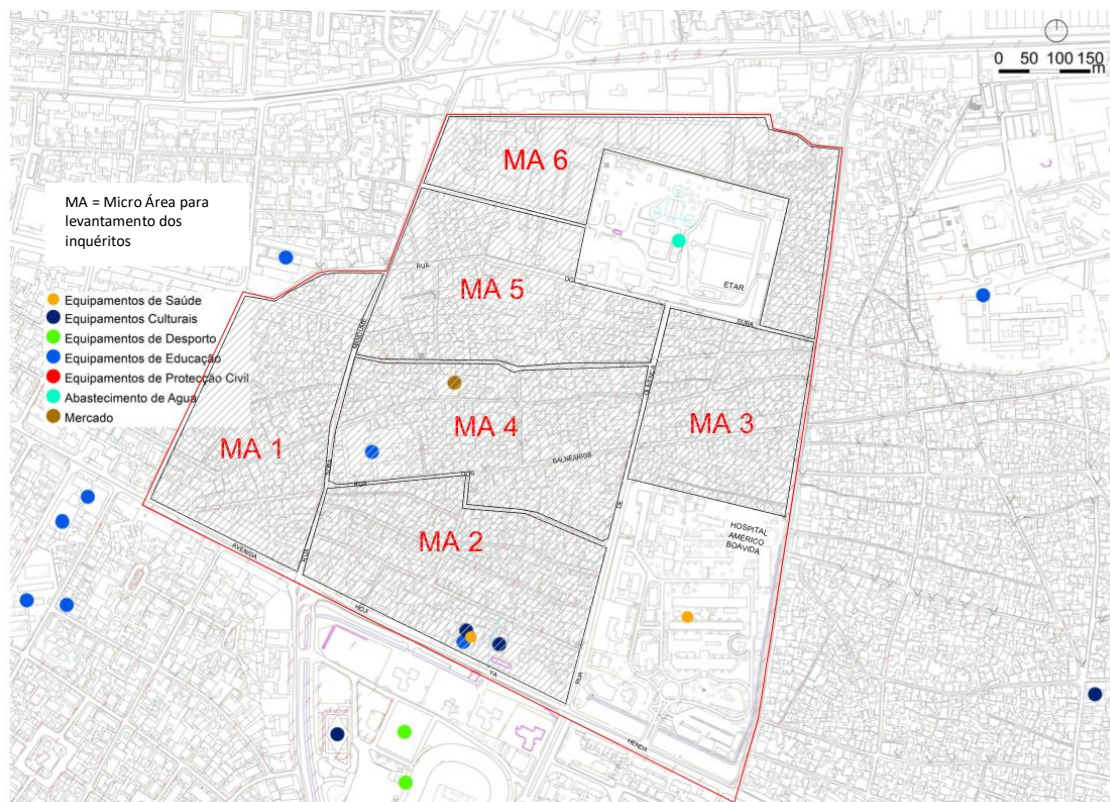
Esta complexidade estrutural e social que hoje apresenta o Bairro Marçal, destituída de princípios, regras e inteligibilidade académica ou científica revela-se formalmente apenas como consequência exequível em que se afirmam soluções emergentes para dar respostas a carências estruturais, sociais e de posse económica. O Bairro Marçal representa, portanto, um tecido urbano cuja costura à uma vizinhança “formal” enclausura os seus valores socioculturais, os seus costumes ancestrais e as suas incomensuráveis potencialidades de desenvolvimento num centro histórico privilegiado, mas ainda assim precário.

Deve-se compreender o *mu seke* como uma ordem complexa suscetível de planeamento a partir das suas exigências.

WF- LURA



O Bairro Marçal.



Para o desenvolvimento do trabalho no bairro Marçal desenhou-se uma estrutura de apoio para melhor gestão de resultados de pesquisa. Esta estrutura contempla três fases de atuação – três semestres de implementação.

Primeiro semestre (entre janeiro e junho de 2021):

Inquérito – Questionário digital

Análise do Território

Segundo semestre (entre julho e dezembro de 2021):

Análise e Tratamento dos dados

Divulgação

Terceiro semestre (entre janeiro e junho de 2022):

Acompanhamento da evolução da temática

Divulgação

O Bairro Marçal – divisão espacial para a recolha de informação e estratégia de actuação.

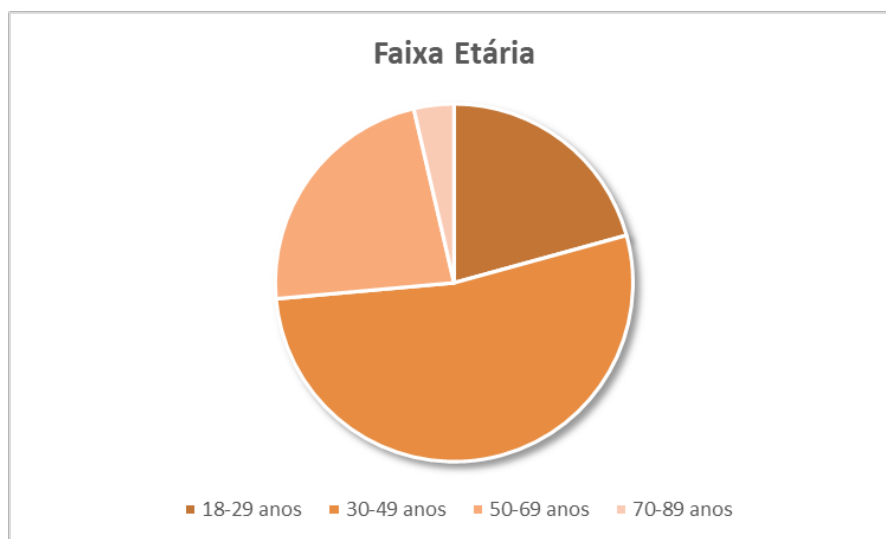
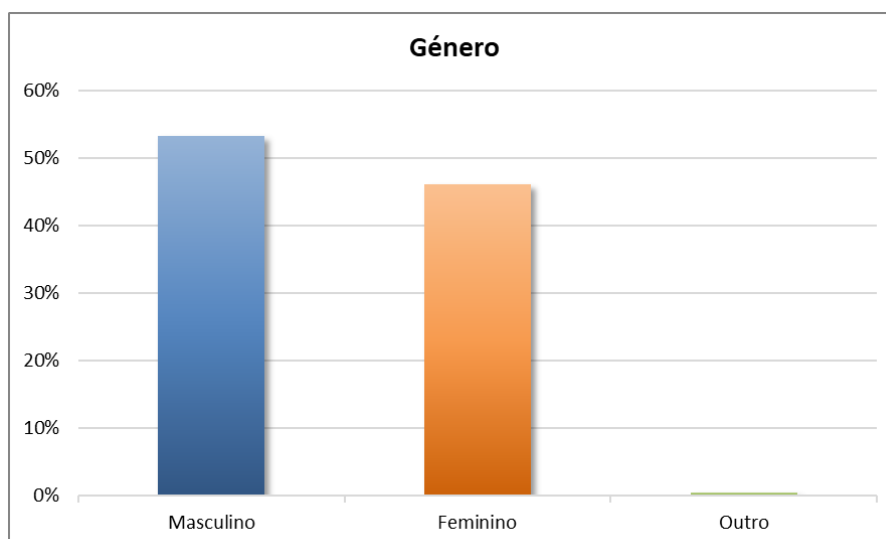


O Bairro Marçal – o grupo de trabalho.

Resultados

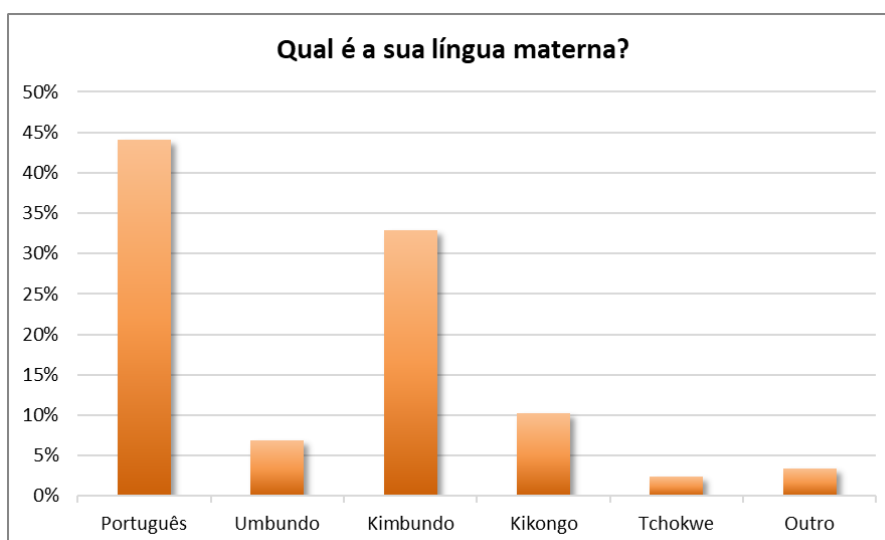
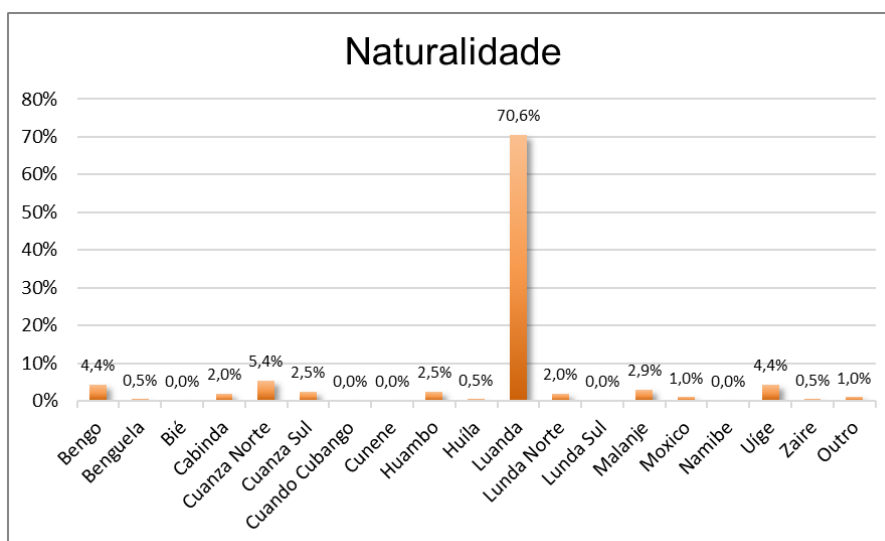
Secção A – Perfil da Amostra e Nível Socioeconómico

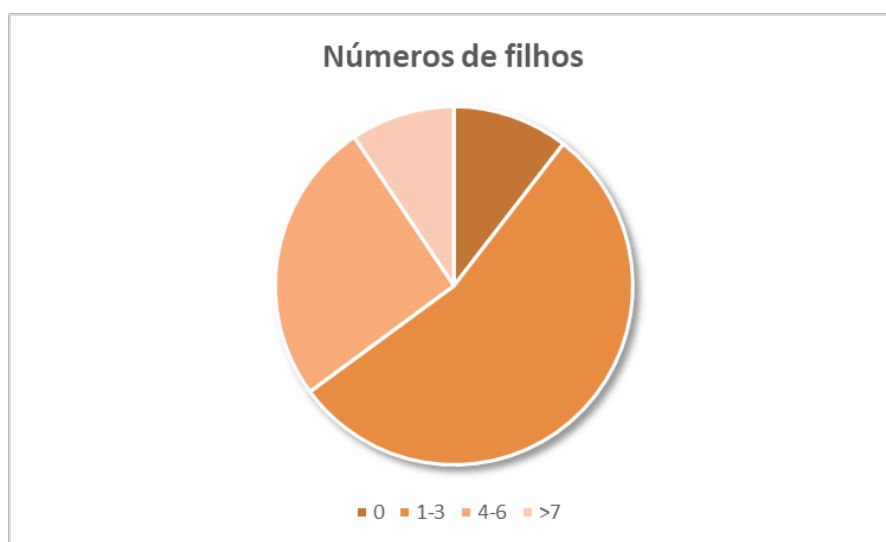
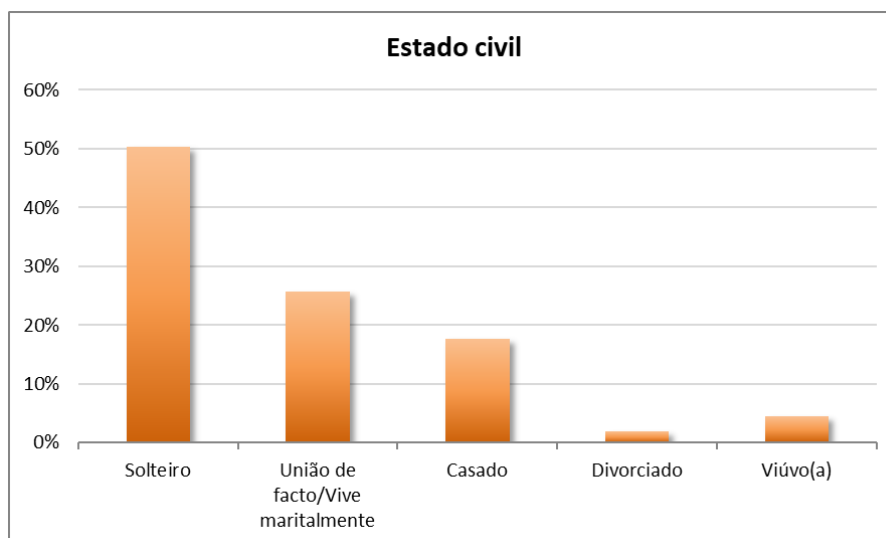
Dentro das 205 respostas recolhidas, para o perfil da amostra, demonstra-se que a maioria dos dados recolhidos foram do género masculino (53,3%) face a uma ligeira diferença com o género feminino (46,2%), com a faixa etária compreendida na maioria entre os 30 e os 49 anos (59 %). A maioria dos inquiridos não continha deficiência física (88,8%), e dentre as deficiências identificadas sendo a deficiência visual (59 %) a mais comum.



Relativamente a origem geográfica obteve-se uma maioria de inquiridos naturais de Luanda (70,6%), seguido do Cuanza Norte (5,4%), Bengo e Uíge ambos com 4,4%. Este dado relaciona-se com o facto de o português representar a maior percentagem na língua materna (44,1%), seguido do kimbundo (32,8%) e kikongo (10,3%), línguas bastante comuns, tanto em Luanda como no Uíge.

Relativamente ao estado civil confirma-se uma maioria de solteiros (50,3%). Entretanto, é interessante verificar que metade das respostas remetem para o estado civil de solteiro tendo em conta a idade média mais comum de 30-49 anos, mesmo havendo a opção de 'União de fato/Viver maritalmente' que foi a segunda resposta mais comum (25,6%). A maioria dos inquiridos (54 %) tem 1 a 3 filhos.



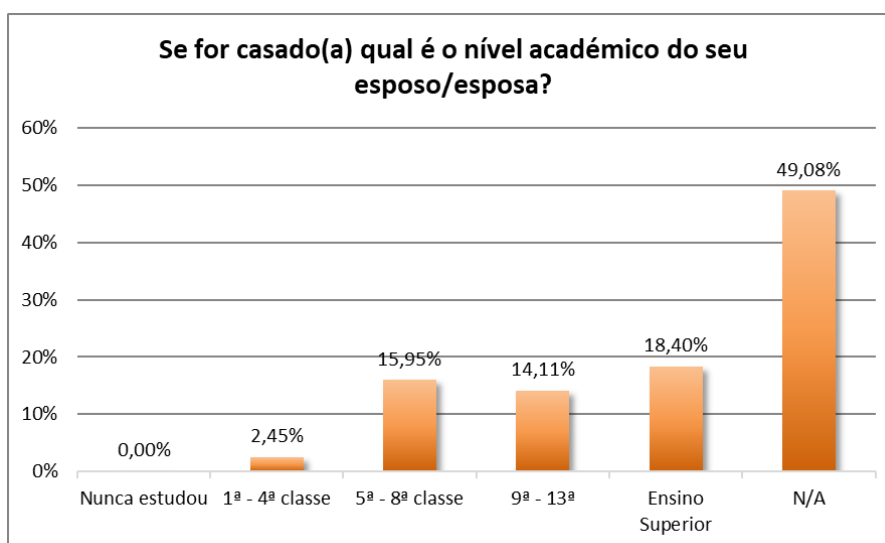
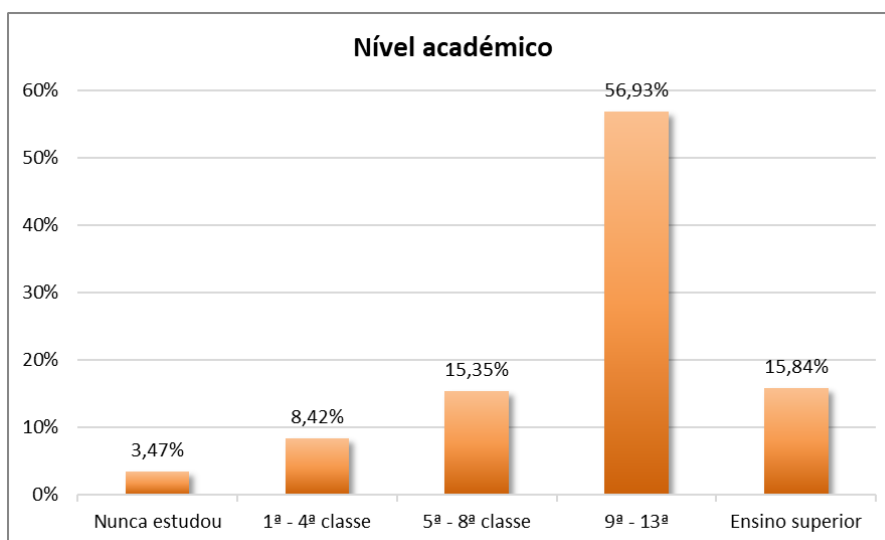




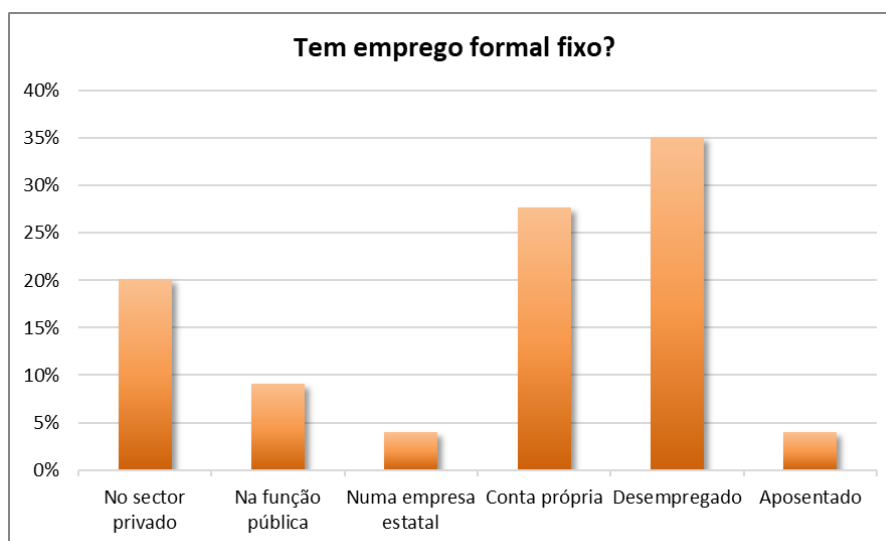
Nível Socioeconómico

Do número total de inquiridos mais de metade tem no mínimo o ensino secundário completo (56,7%). Dentro do agregado familiar, verificou-se que o nível académico dos esposos/as dos inquiridos casados é na maioria com ensino superior concluído (18,4%). Este dado revela algumas disparidades/irregularidades no sentido que o número de respostas para este dado foram 163, enquanto que o número de respostas combinadas no estado civil para casados e união de facto/viver maritalmente foi de 86 (51 para viver maritalmente; 35 para casados) ou seja, foram obtidas mais respostas nesta questão do que o esperado. Deste modo pode indiciar que dentro do agregado familiar muitos mais 'solteiros' vivem em União de fato/ vivem maritalmente.

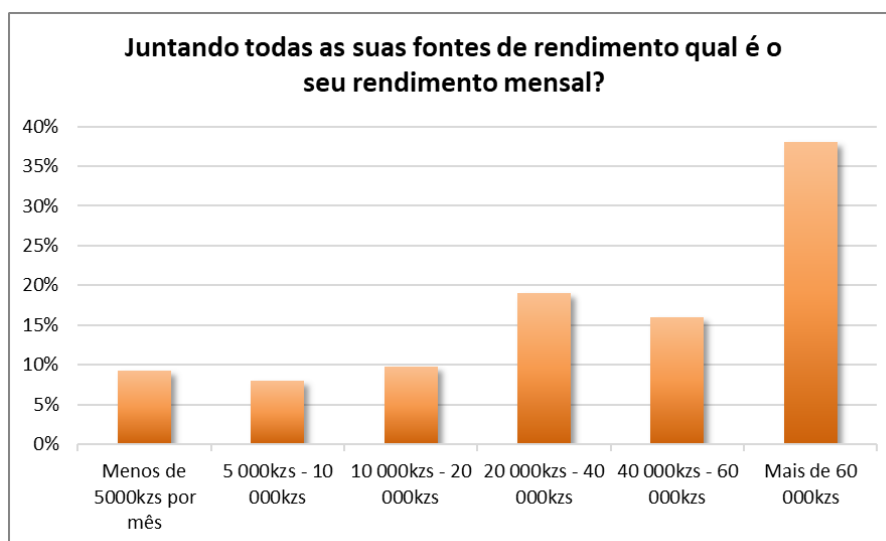
Também se verificou que os casos não aplicáveis (N/A), que seriam o número de solteiros, é de quase metade das respostas (49%) que equivale a 80 sujeitos, o que não é equivalente ao número de solteiros do estado civil, de 100 sujeitos.



Dentro do nível socioeconómico mais de um terço (35,2%) encontra-se numa situação de desemprego, seguido de 27,6% que trabalham por conta própria. A percentagem de inquiridos com negócio em casa é de menos de metade (40%) em 205 respostas, sendo estes negócios na maioria relacionado com vendas de artigos de necessidade básica como comida e bebida.



Quanto aos rendimentos, mais de um terço (38%) admite ter mais de 60 000 kwanzas de rendimento mensal, isto em 163 respostas.



O número de respostas a este ponto revela uma situação interessante, dado que o número de sujeitos totais não desempregados, ou seja, com alguma fonte de rendimento, é de 129 face às 163 respostas quanto ao rendimento mensal. Neste caso podemos observar que mesmo os desempregados devem ter alguma fonte de rendimento.

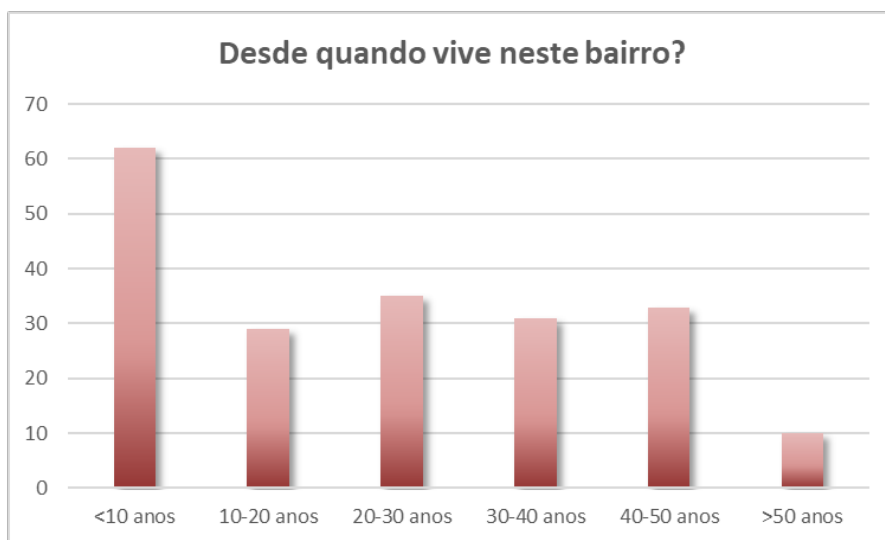
Ainda nesta análise as 82 respostas afirmativas para inquiridos com negócio em casa, face às 55 respostas com emprego por conta própria pode indicar que, os desempregados, os aposentados ou os inquiridos com emprego fixo possam ter uma segunda fonte de rendimento traduzido como um negócio em casa.



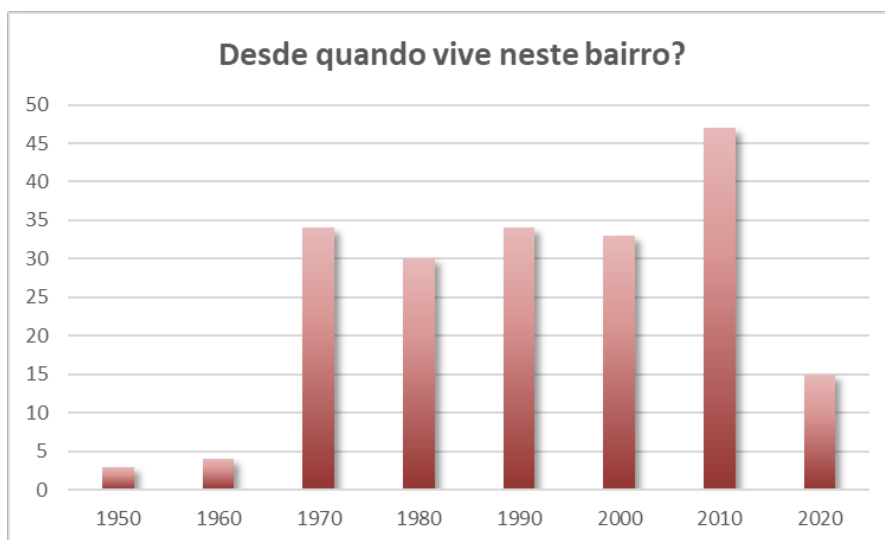
SECÇÃO B - Habitação

O inquérito ao Bairro Marçal insere-se no projecto de Dinâmicas-rural urbanas do Laboratório urbano de Angola. Neste sentido, entender que dinâmicas populacionais ocorreram e qual a origem dos atuais moradores do bairro é um tema relevante.

Os dados recolhidos indicam que mais de 60% da população reside no bairro há mais de 10 anos.

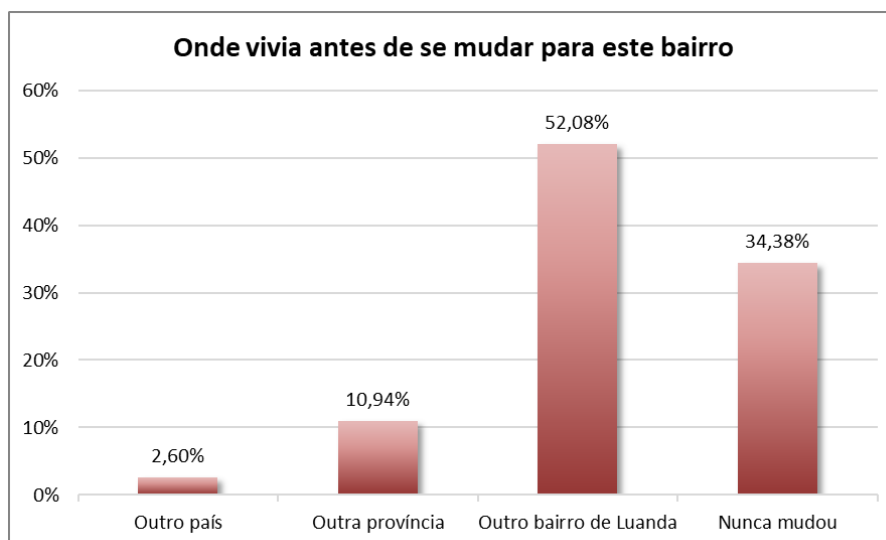


Quando analisamos as datas de entrada no bairro, verificamos que o bairro acolheu números significativos de novos moradores a partir da década de 1970 com ênfase para 2010, ano em que se regista um número acentuado de entradas. Existem, porém, registos de moradores com mais de 50 anos de permanência no bairro.

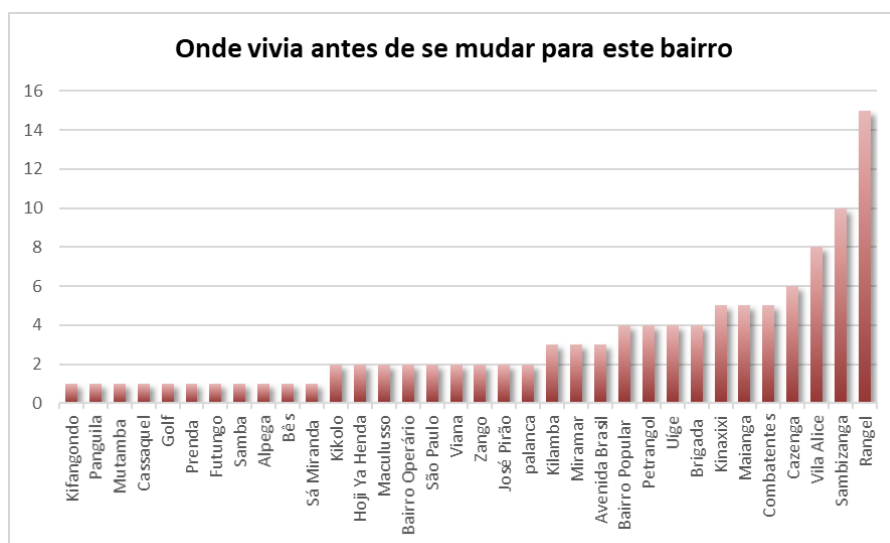


Entretanto, verificamos que os fluxos ocorridos são maioritariamente interurbanos porque 52% dos inquiridos é proveniente de outros bairros dentro da província de Luanda. Somente 11% são oriundos de outras províncias de Angola e 5% instalaram-se no bairro, vindos de outros países.

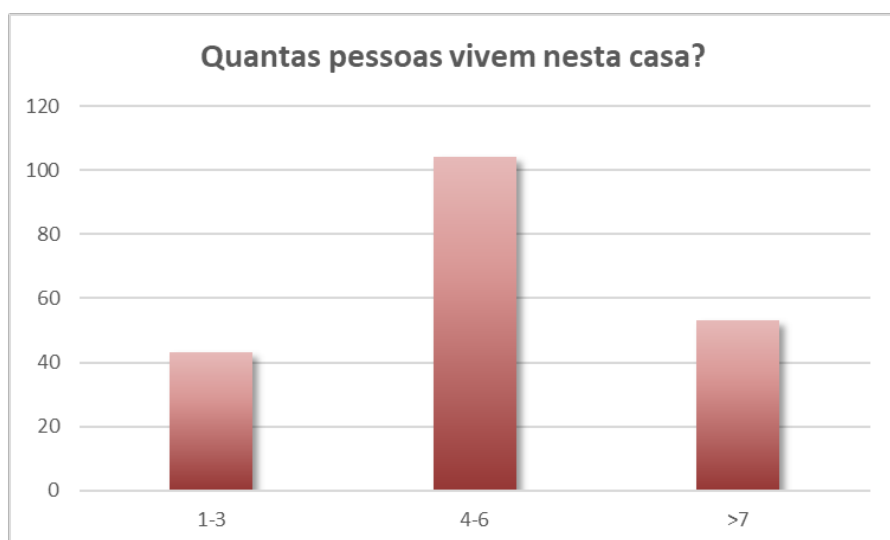
Consideramos um dado interessante o facto de cerca de 30% dos inquiridos afirmar que nunca saiu do bairro. Tendo em conta os dados de permanência no bairro, estes moradores podem representar uma segunda ou terceira geração de famílias que se instalaram no bairro até mesmo antes da independência.



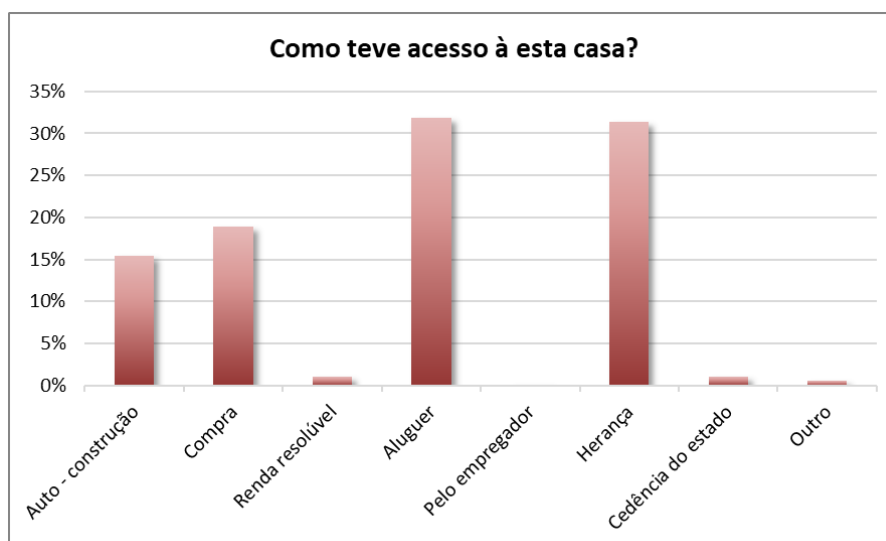
Em relação à proveniência, os bairros do Rangel (16%), Sambizanga (10%) e Vila Alice (8%) lideram a lista das localidades de morada das famílias antes de se instalarem no bairro.



Os agregados familiares do bairro do Marçal são maioritariamente compostos por 4 a 6 indivíduos, uma estatística não muito distinta da média nacional e de Luanda em especial, de acordo com os dados do censo populacional de 2014.



Quanto a posse do imóvel onde as famílias moram, as estatísticas mais expressivas indicam a modalidade de aluguer e herança com mais de 30%, seguindo-se a compra com 20% e a autoconstrução com 15%. Note-se que o adensamento na ocupação de lotes no bairro e o aumento da densidade populacional no mesmo, pressupõe a subdivisão dos lotes iniciais em parcelas menores.

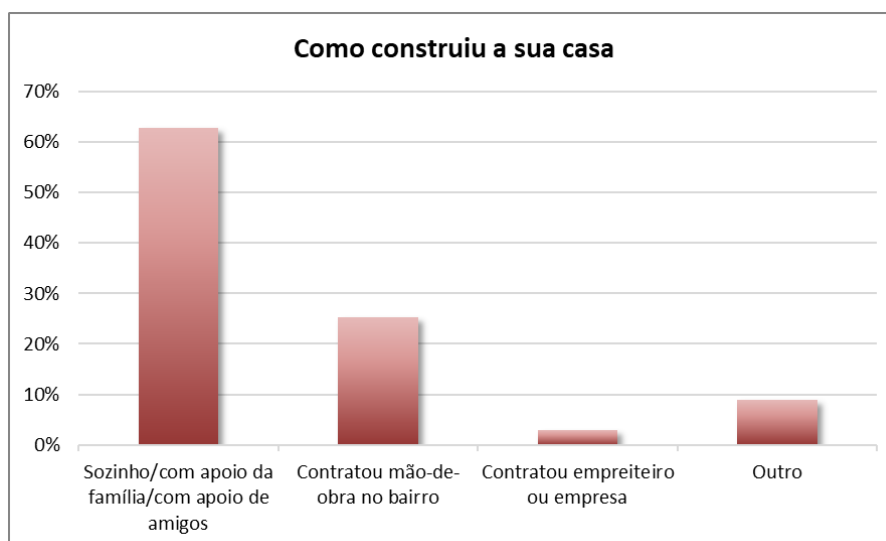


Quando relacionamos a posse com as questões de acesso ao terreno, 35% indicam herança e autorização de membro da família dando suporte à tese de subdivisão do lote em parcelas menores entre membros da mesma família. Entretanto, mais de 25% informa que obteve o terreno por compra pressupondo-se neste caso a subdivisão do lote para comercialização. Estas questões de probabilidade da ocorrência de subdivisão dos lotes entre membros da mesma família ou para comercialização. Este tema será desenvolvido, com maior profundidade, nas próximas fases do estudo.

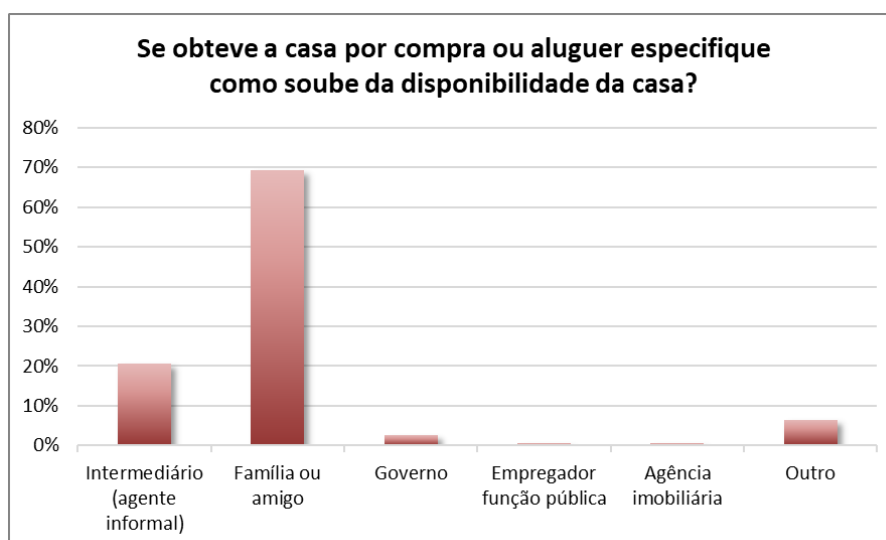
Quanto ao acesso aos terrenos, os restantes inquiridos informam outros meios de acesso ao terreno como autorização da administração local, ocupação e outros meios não especificados.



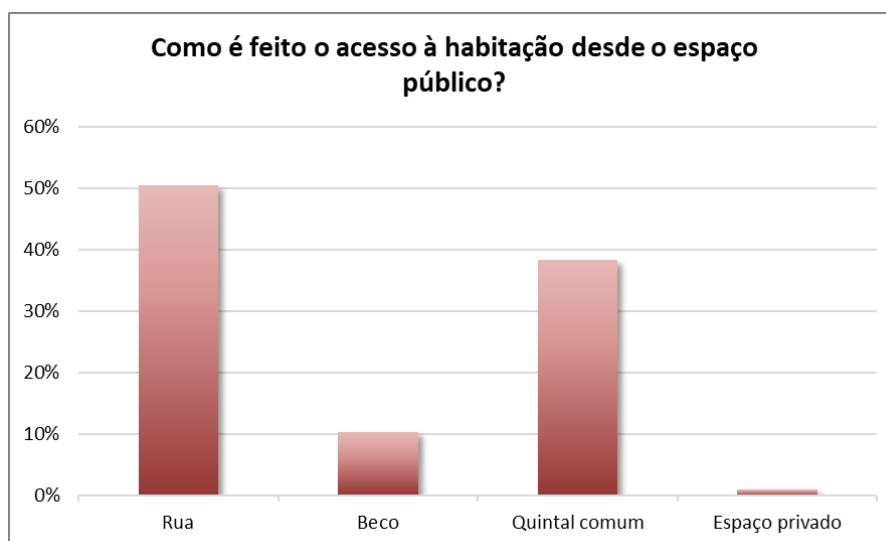
Sobre a construção das moradias, verificamos que 60% construiu a sua moradia sozinho ou com o auxílio da família e amigos e cerca de 25% contratou mão-de-obra dentro do próprio bairro.



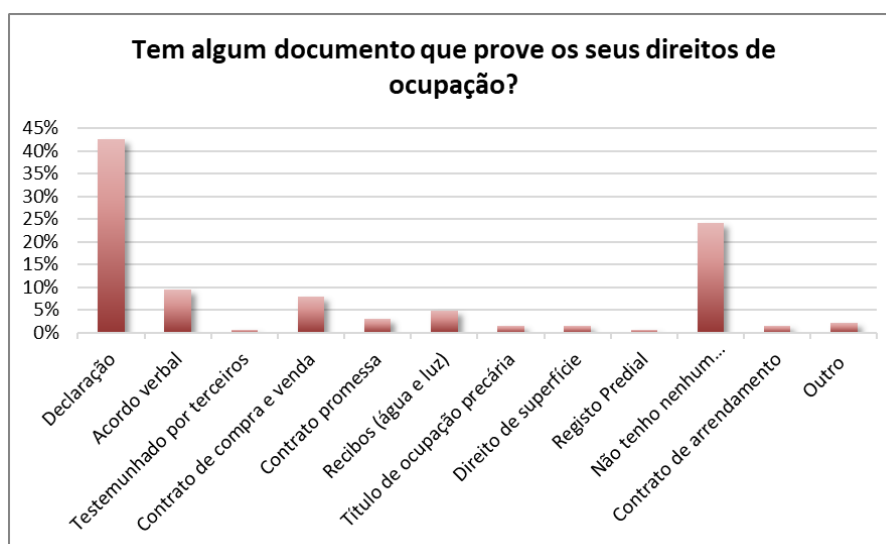
Em relação aos inquiridos que se instalaram no bairro por meio da compra ou aluguer da casa, 70% informa que soube da disponibilidade do imóvel por meio de familiares e amigos e 20% por meio de intermediários (agente imobiliário informal).



Relativamente ao acesso à moradia a partir do espaço público, 50% tem acesso através de uma rua, 40% partilha um quintal comum e 10% percorre um beco (ruela ou servidão estreita).



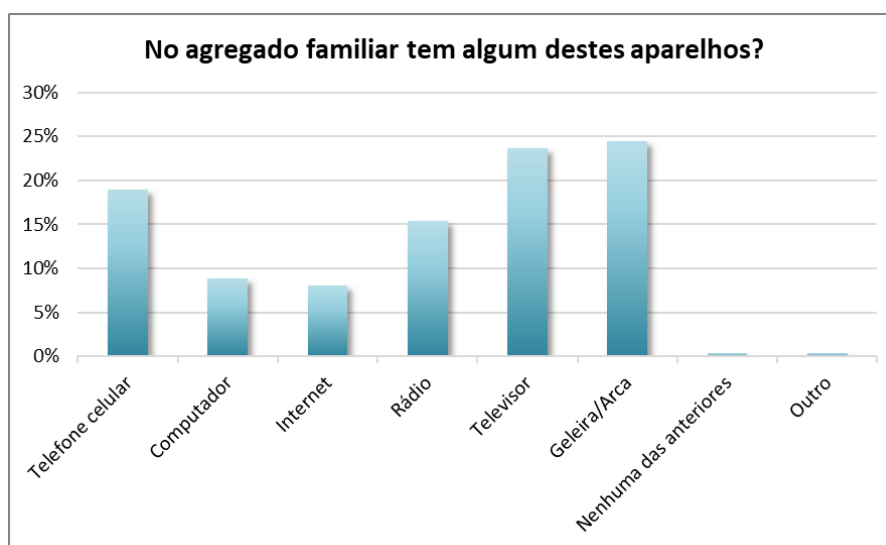
A segurança de posse do imóvel, é um aspeto essencial para a estabilidade e bem-estar da família. A realidade da posse de terra em contextos de assentamentos espontâneos mostra-se instável neste aspeto e o bairro do Marçal não é exceção. Menos de 5% dos inquiridos apresenta um documento oficial dentro daqueles enumerados na Lei de Terras de Angola e neste caso concreto os documentos são o Direito de Superfície e o Registo Predial. Porém, outros documentos que permitem dar início a um processo de legalização do imóvel foram referidos, onde mais de 40% dos inquiridos tem uma declaração da Administração local, recibos de água e luz de empresas públicas (ENDE e EPAL) e títulos de ocupação precária.



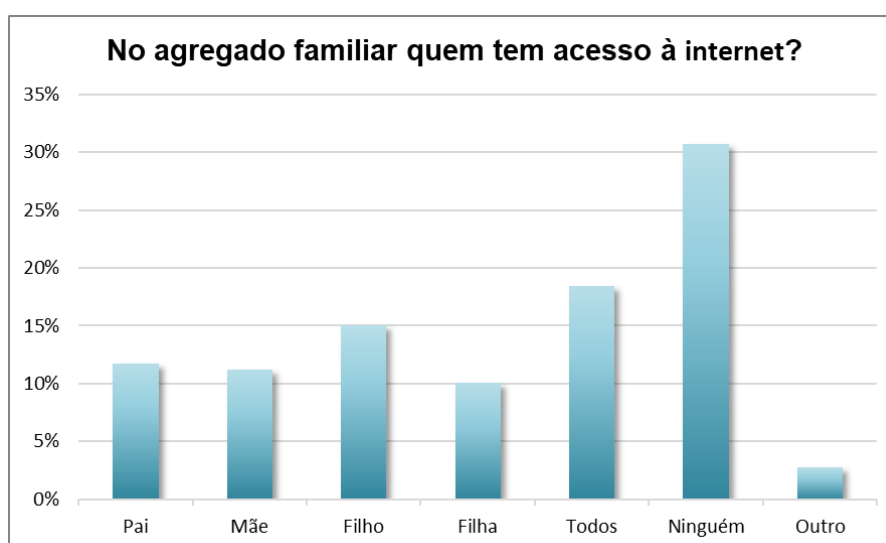
SECÇÃO C – Nível Socioeconómico do Agregado Familiar

Esta secção trata do acesso que as famílias têm a eletrodomésticos e acesso à internet. Estas estatísticas permitem verificar o nível socioeconómico predominante no bairro. Outrossim, a conectividade digital é no mundo contemporâneo um fator de inclusividade social. O acesso à internet tem permitido à formação e novas oportunidades de trabalho remoto, especialmente no atual contexto de pandemia de COVID-19. Estas condições têm impacto no desenvolvimento profissional do indivíduo e na renda familiar.

No bairro do Marçal, ao contrário das estatísticas da província de Luanda, existe alguma capacidade de compra por parte dos agregados familiares. O frigorífico para conservação dos alimentos e o televisor para entretenimento e informação são as estatísticas mais expressivas. A posse do telemóvel é o terceiro bem com dados relevantes na lista.



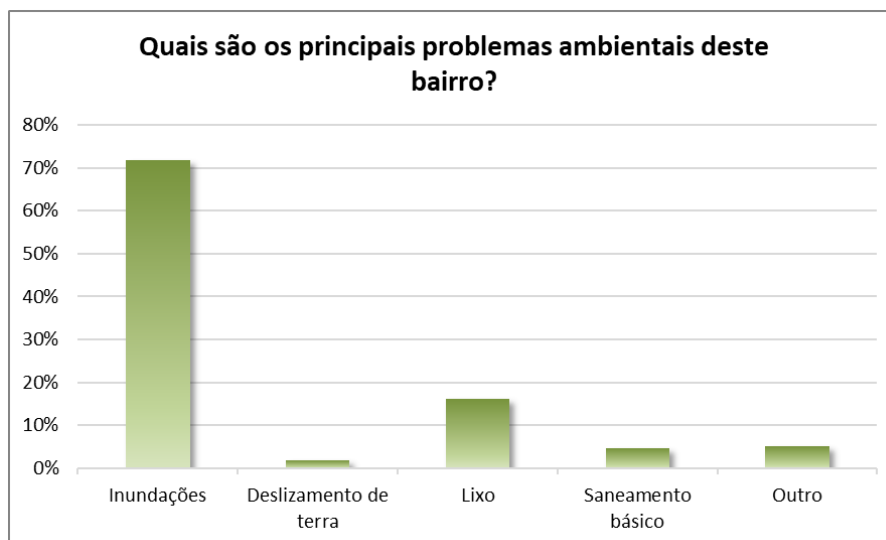
O uso da internet apresenta valores relativamente baixos. Mais de 30% afirma que ninguém usa internet no agregado familiar. Pais, mães, filhos e filhas registam valores relativamente equiparados com relevância para pais e filhos.



SECÇÃO D - ESPAÇOS PÚBLICOS E PREOCUPAÇÕES AMBIENTAIS

Esta secção investiga o uso dos ESPAÇOS PÚBLICOS e as PRINCIPAIS PREOCUPAÇÕES AMBIENTAIS no bairro, do ponto de vista dos seus moradores.

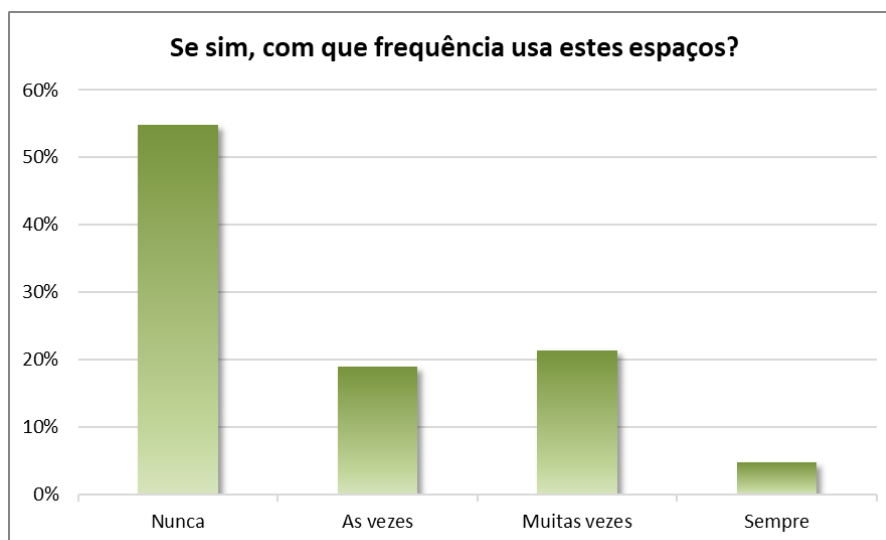
As inundações, com ocorrência relacionada à época das chuvas, são apontadas como a principal preocupação ambiental por mais de 70% dos inquiridos. A segunda maior preocupação é a recolha e tratamento dos resíduos sólidos. Cerca de 20% dos inquiridos manifestam preocupação com a recolha do lixo no bairro e em alguns casos fazem menção a presença de moscas, mosquitos e ocorrência de malária como fatores adversos resultantes do amontoado de resíduos sólidos no bairro.



O tema dos espaços públicos e espaços de lazer tem sido alvo de atenção nos últimos tempos. Com as Nações Unidas reforçando a importância dos espaços públicos na questão da inclusividade e interação social, o tema tem merecido atenção por parte de investigadores e profissionais na área da arquitetura e urbanismo. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente o ODS 11.7 perspetivam alcançar até 2030 o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, com espaços verdes e acessíveis a todos. Por outro lado, ao nível do continente, a Agenda da União Africana 2063, tem como quarta aspiração espaços seguros e tranquilos para indivíduos, famílias e comunidades. Há neste momento um incentivo ao nível global e de África para nos debruçarmos sobre esta temática.

Entretanto, as respostas obtidas neste inquérito apontam para duas perceções distintas por parte dos moradores: o que são espaços públicos e o que são espaços de lazer.

É ponto assente que o bairro carece de espaços públicos de lazer "formais" porque 90% dos inquiridos respondem que não há espaços públicos no bairro apesar de dois ou três inquiridos identificarem um campo desportivo como um espaço público de lazer. Porém, quando questionados sobre o uso que fazem destes espaços, as respostas indicam alguma criatividade por parte dos moradores para engajarem-se em atividades de lazer. Por um lado, 50% dos moradores dizem nunca ter usado espaços públicos de lazer no bairro, por outro 5% usa sempre, 20% usa muitas vezes e 20% algumas vezes.



Quando questionados sobre o grau de satisfação sobre estes espaços públicos, quase 70% mostra-se insatisfeito e aproximadamente 20% varia entre satisfeito e um pouco insatisfeito. Aqui, muitos inquiridos apontam as suas residências e de familiares e amigos, e ainda bares, como espaços de lazer.



Nota-se também a falta que estes espaços fazem para a comunidade pelas reclamações que os inquiridos apresentam sobre os espaços existentes. A falta de infraestruturas de saneamento básico e a iluminação pública assim como a melhoria das estradas são os principais fatores focados pelos inquiridos.

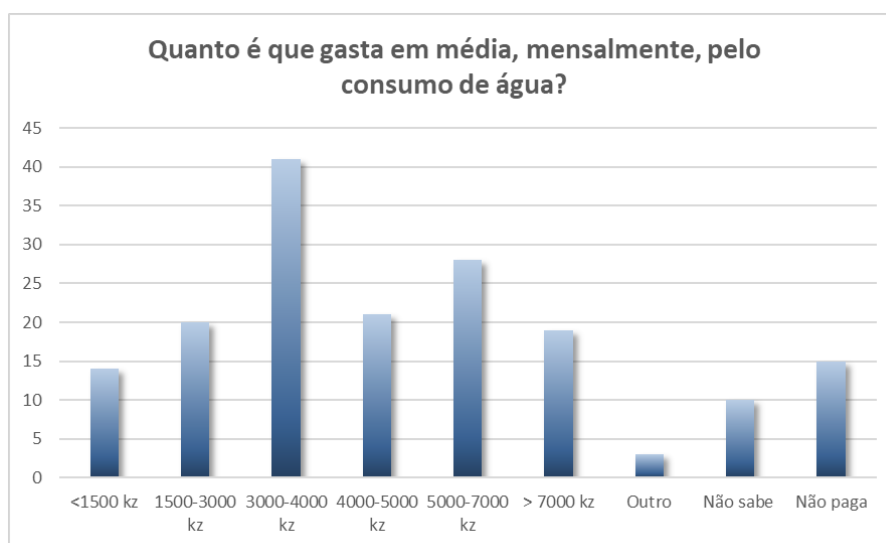
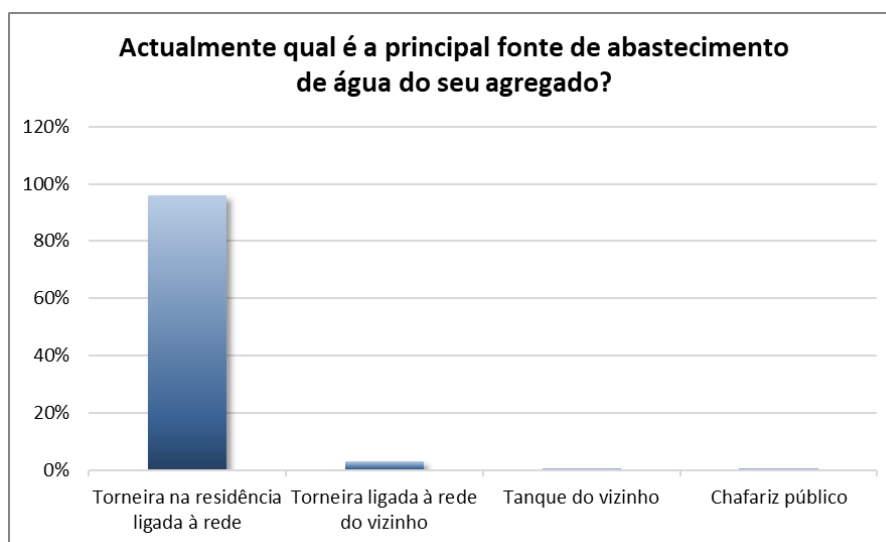


SECÇÃO E – SERVIÇOS BÁSICOS

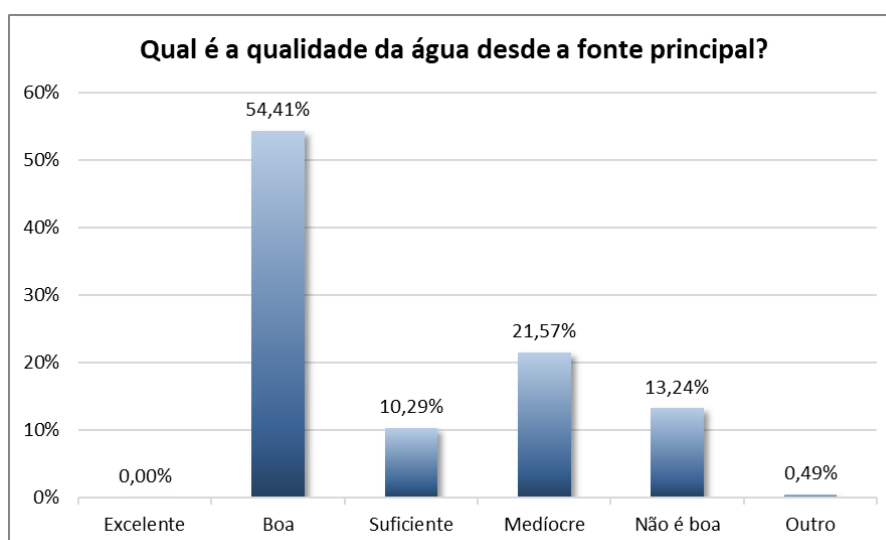
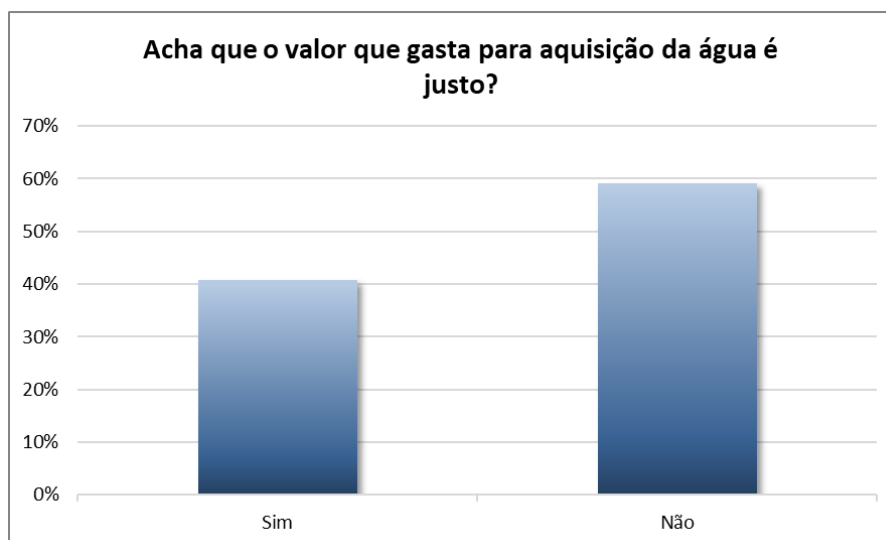
O tema da falta de cobertura das redes de infraestruturas básicas nos bairros de génese espontânea como a rede de água potável, energia elétrica e esgotos é recorrente nestes contextos. Apesar de muitos destes assentamentos estarem localizados no centro da cidade, estes não são servidos por uma rede rodoviária e de infraestruturas que abranjam a totalidade da área e muitas vezes a população recorre a ligações ilegais.

Entretanto, no bairro do Marçal, tendo em conta que a origem do bairro não é totalmente espontânea, alguma cobertura existe desde a sua génese e, de acordo com os dados recolhidos, foi a partir de uma rede já instalada que os serviços públicos que gerem as mesmas têm expandido a cobertura para o resto do bairro.

Mais de 90% dos inquiridos tem acesso à água potável da rede pública com ligação domiciliar. Em termos de custos mensais, o consumo varia entre 3000kzs e 4000kzs para 40% dos inquiridos. O gasto mínimo é de 1500kzs e o máximo 7000kzs por mês.

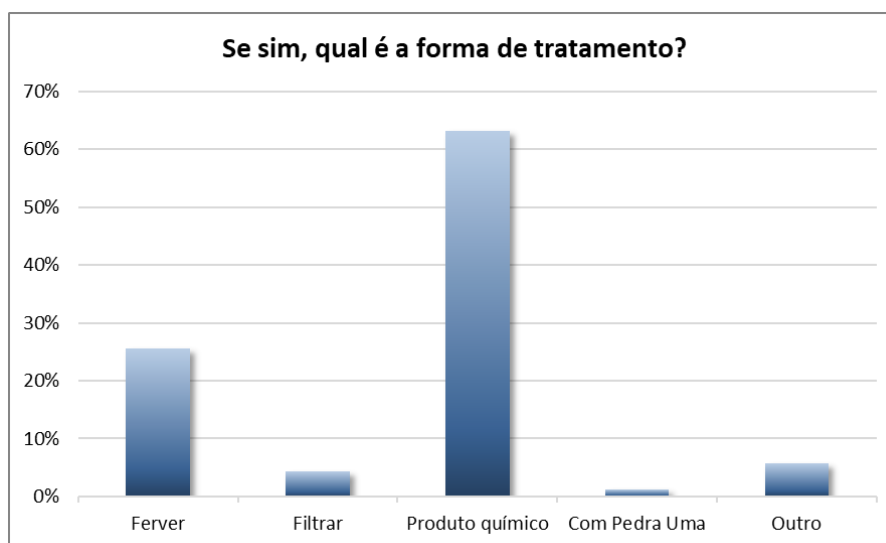


Quando questionados sobre o impacto na renda familiar, 60% não consideram um valor justo sobre a qualidade da água canalizada 50% dos inquiridos responde que a água tem boa qualidade e somente 15% afirmam não ter qualidade.



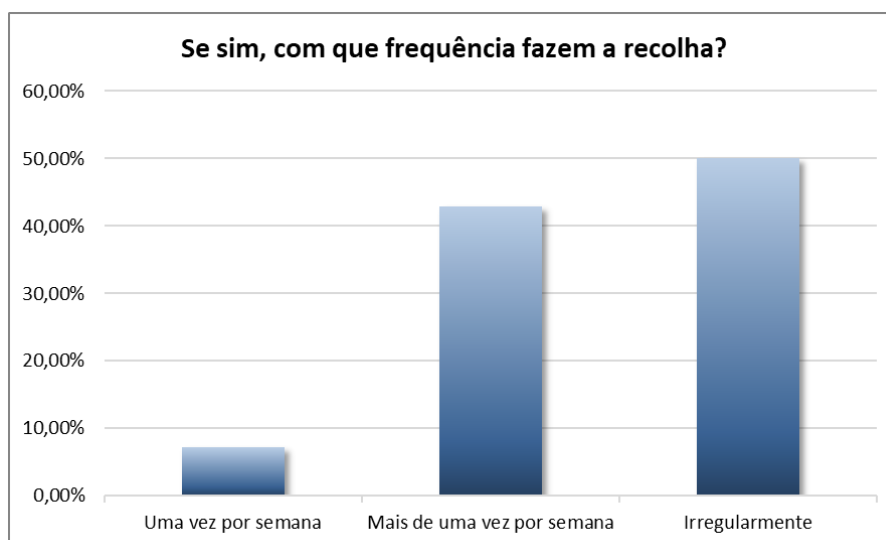
No que toca aos cuidados com a água para beber, 75% afirmam tratar a água embora, apesar de ser uma estatística alta, ainda é preocupante o facto de mais de 25% não fazer qualquer tratamento à água antes de ingerir.

Mais de 60% trata a água com algum produto químico como lixívia e comprimidos. Cerca de 25% ferve e cerca de 10% filtra, usa pedra-hume ou outro tipo de tratamento.

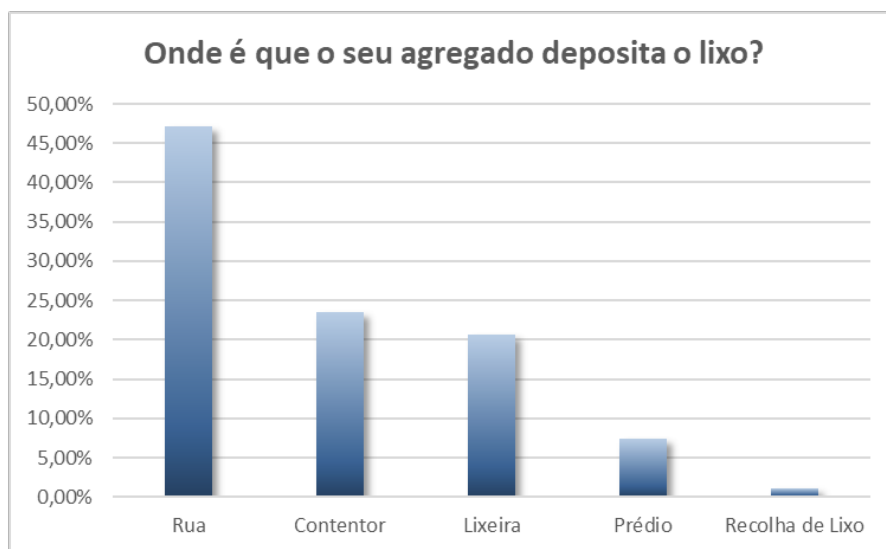


A recolha e o tratamento deficiente de resíduos sólidos é um outro aspeto crítico dos bairros de génese espontânea. No Marçal, mais de 90% da amostra da população inquirida afirma que não há um sistema de recolha do lixo no bairro. É importante mencionar que este levantamento ocorre numa altura em que a cidade de Luanda no geral apresenta dificuldades com a recolha de resíduos não só nos bairros informais, mas também na cidade formal.

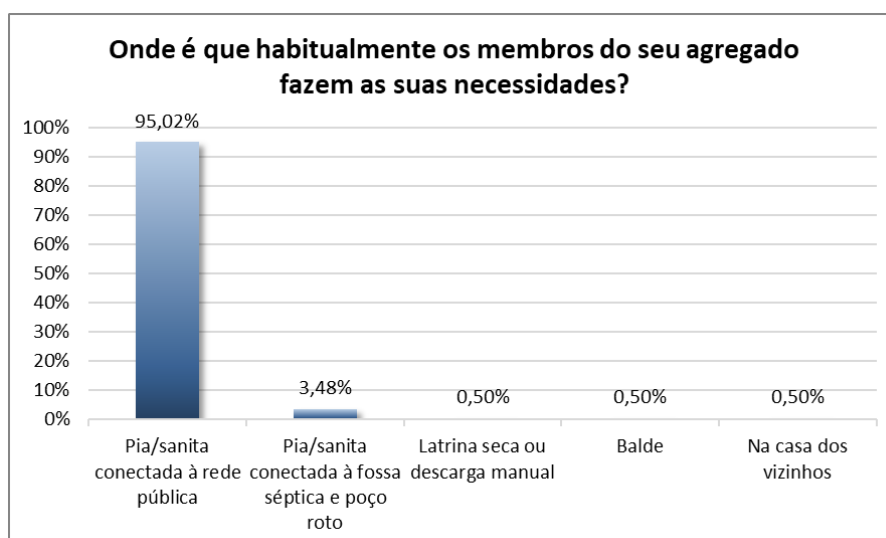
Entretanto, contrariamente à resposta dada na questão anterior existe de facto recolha de resíduos no bairro como podemos verificar a seguir. Pelas estatísticas recolhidas, 40% dos inquiridos afirmam que a recolha é feita mais de uma vez por semana e 50% informa que este serviço é prestado de forma irregular.



Verificamos que parte dos problemas relacionados com a deficiência da recolha de resíduos estão também relacionados com os pontos de depósito/recolha. Os resultados do inquérito mostram que 45% dos moradores inquiridos deposita o lixo doméstico na rua, 24% em contentores e 29% em lixeiras.



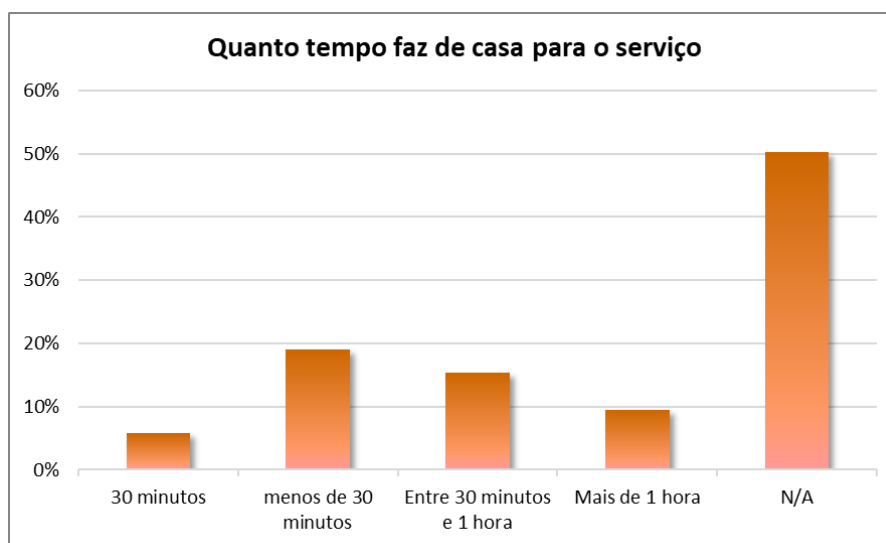
Quanto à rede de esgotos, os registos recolhidos indicam que o bairro tem conexão com a rede pública. As estatísticas do inquérito mostram que 95% dos inquiridos usa sanita com ligação à rede pública de esgotos. Somente 5% usam fossa séptica, latrinas e outros meios.



SECÇÃO F - TRANSPORTES

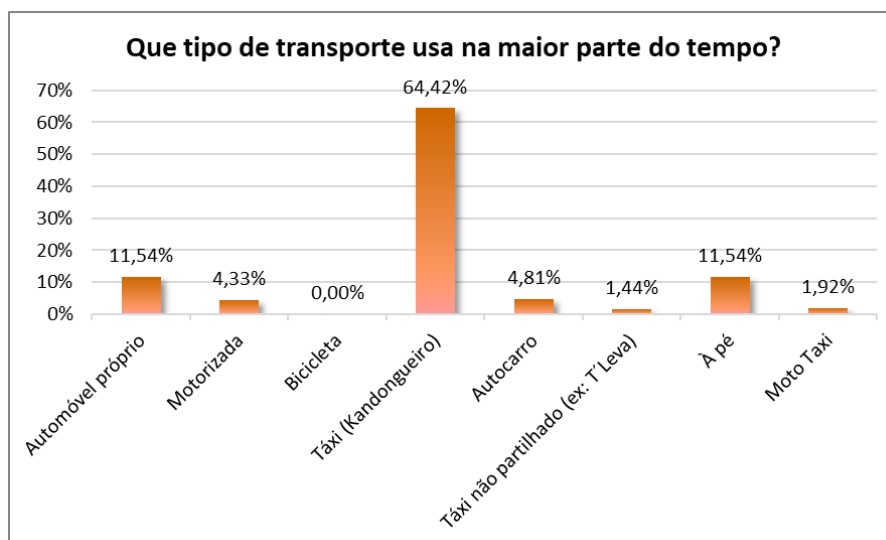
Esta secção trata da temática dos TRANSPORTES COLECTIVOS, formais e informais, que apoiam a mobilidade dos moradores do bairro. A mobilidade joga um papel importante para o núcleo familiar. Em situações onde o acesso ao emprego não está disponível em áreas próximas a área de residência, o acesso e o custo dos transportes tem um impacto significativo na renda familiar se o valor gasto com transportes for demasiado alto. A acessibilidade é apontada como um dos vetores de desenvolvimento urbano sustentável.

No caso do Marçal, 50% dos inquiridos não faz uso de transportes coletivos. Esta estatística marcante pode ser cruzada com o alto grau de desemprego constatado neste trabalho de inquérito. No que diz respeito ao tempo perdido em comutação, com exceção dos 50% inquiridos que não usam transportes coletivos, cerca de 20% demora menos de 30 minutos a chegar ao trabalho, e os demais 30% demoram entre 30 minutos e uma hora nas viagens de casa para o serviço e do serviço para casa.

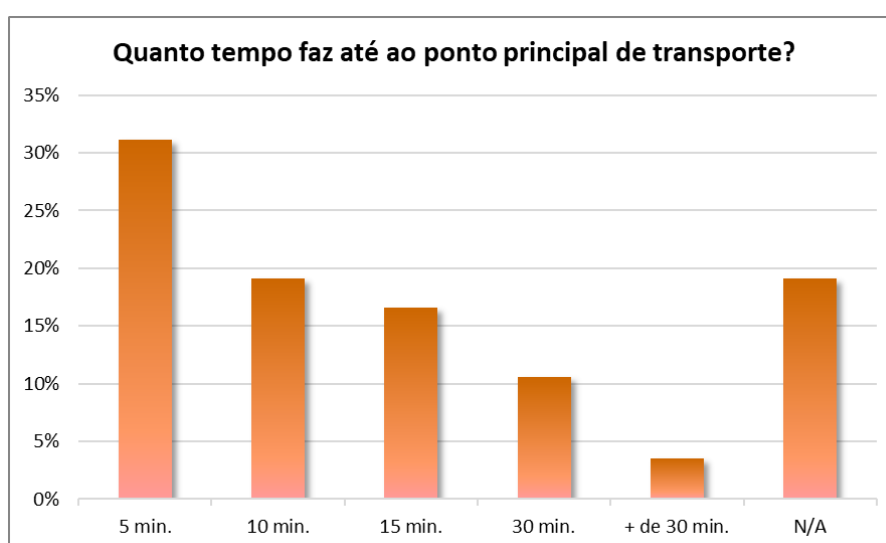


Existe alguma variedade de opções de transportes no bairro, desde Kandongueiros (mini vans de 12 lugares), mototáxis e autocarros. Contudo, registou-se também o uso do carro próprio, táxis (T'Leva) e há ainda moradores que se deslocam a pé. Porém, as estatísticas registadas mais relevantes referem-se ao uso de Kandongueiros (64,42%) e o uso de carro próprio e a circulação pedonal contam cada um com 11.54%.

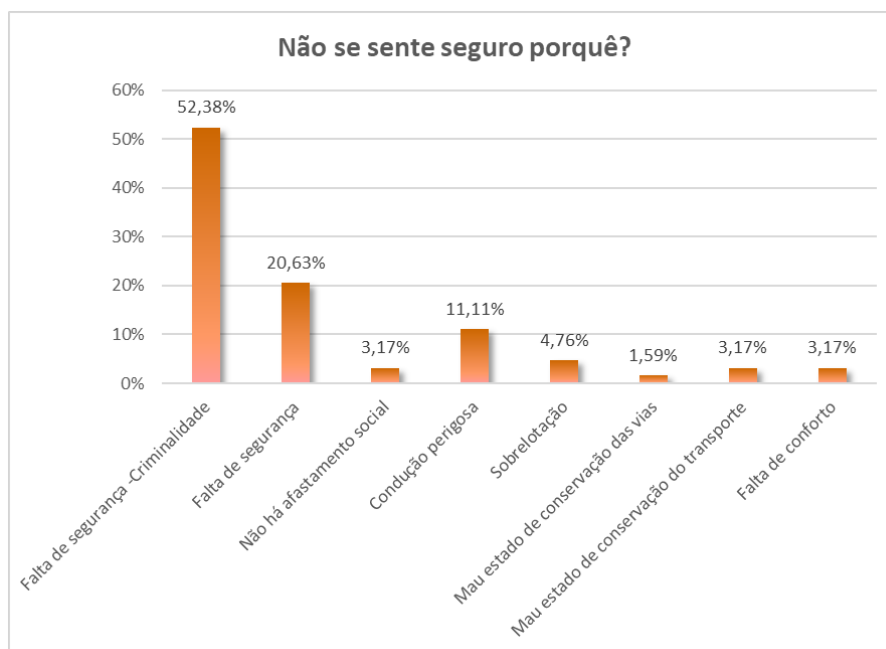
É importante mencionar que a maior parte dos inquiridos utiliza uma combinação de transportes (Kandongueiro + Mototáxi ou Kandongueiro + Autocarro). Porém, nestas combinações, o kandongueiro é um denominador comum.



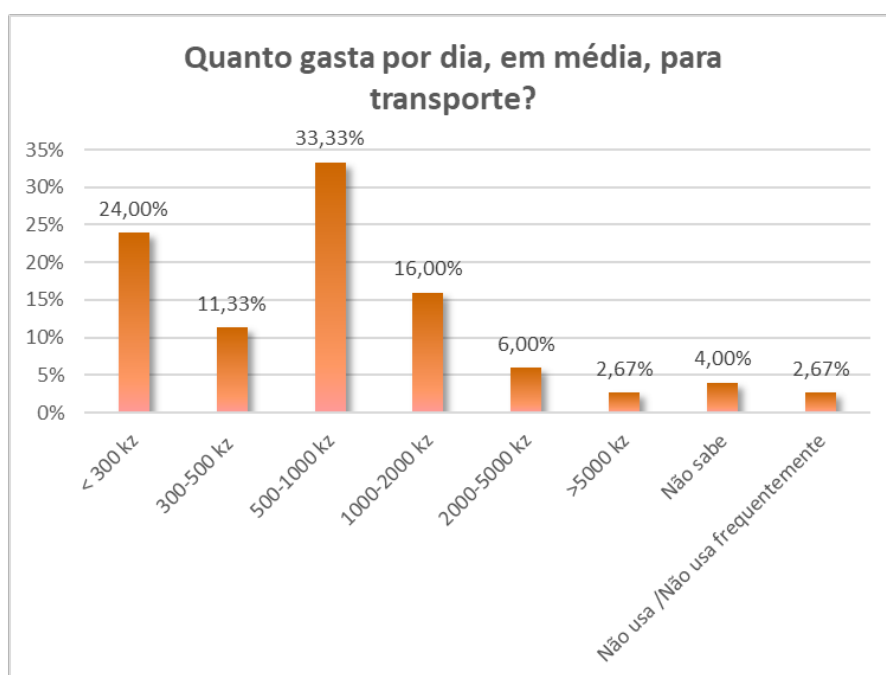
Outra questão investigada é a proximidade das moradias ao ponto de transporte mais próximo. Mais de 30% demora cinco minutos a chegar ao ponto de transporte mais próximo, cerca de 40% demora entre 10 a 30 minutos e cerca de 20% não respondem a questão. A ausência de respostas pode ser relacionada ao desemprego no bairro e ao facto de alguns moradores deslocarem-se normalmente a pé.



A questão da segurança também tem impacto no uso dos transportes e no bem-estar geral da população. Neste inquérito, este tema mostra-se relevante tendo em conta que 40% das respostas informam sentimentos de insegurança nos transportes coletivos. As razões apontadas para esta sensação de insegurança são a criminalidade (52,38%), insegurança generalizada, má conservação das viaturas combinada com a condução perigosa dos motoristas dos kandongueiros, mau estado das vias e sobrelotação dos veículos.



O gasto diário com o transporte registado varia entre 500kzs e 1000kzs por dia para 33% dos inquiridos. Cerca de 24% gasta menos de 300kzs e cerca de 16% tem gastos entre 1000kzs e 5000kzs por dia com transportes.

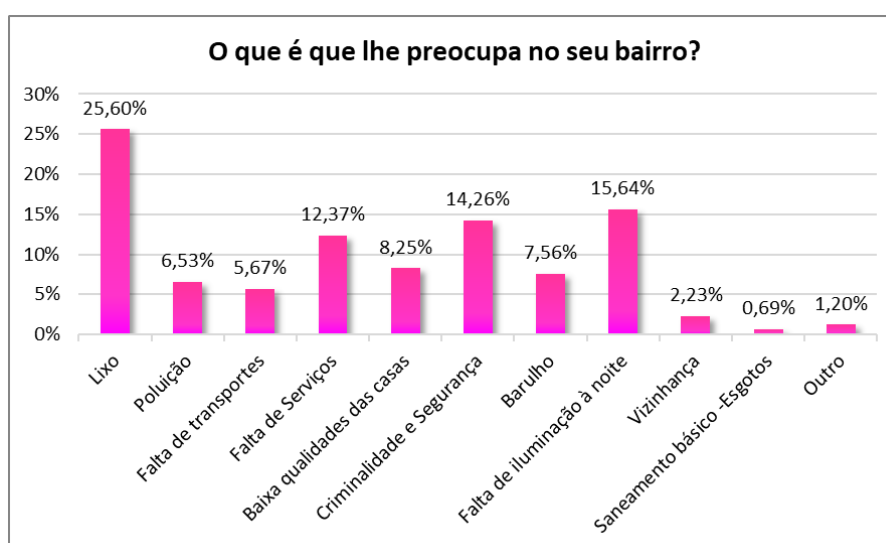


Por fim, de acordo com as respostas obtidas, não se verifica uma preocupação visível com a acomodação de idosos e deficientes físicos por parte dos prestadores de serviços de transporte segundo afirmam 75% dos inquiridos.

SECÇÃO G – PREOCUPAÇÃO E ENTIDADES

De modo a compreendermos como são solucionados os problemas com os quais os moradores convivem no seu dia-a-dia, o inquérito procurou investigar que problemas são mais preocupantes para a comunidade e que entidades estão presentes para auxiliar na resolução dos mesmos.

De acordo com os resultados obtidos, a deficiente recolha de resíduos sólidos está no topo das preocupações seguida da falta de iluminação pública e da criminalidade/insegurança no bairro. Estes dois últimos aspectos relacionam-se entre si e julgamos que a melhoria da iluminação pública pode ser um factor de insegurança e um estímulo a criminalidade nocturna no bairro. Outros aspectos relevantes são a falta de serviços e a baixa qualidade das moradias. É necessária uma investigação mais profunda para perceber qual a natureza de serviços a que os inquiridos se referem, porém, a qualidade das casas também é um ítem interessante se levarmos em conta que grande percentagem destas mesmas moradias foi construída pelos próprios residentes do bairro. Um acompanhamento técnico na altura da construção das moradias é um elemento a considerar no futuro.

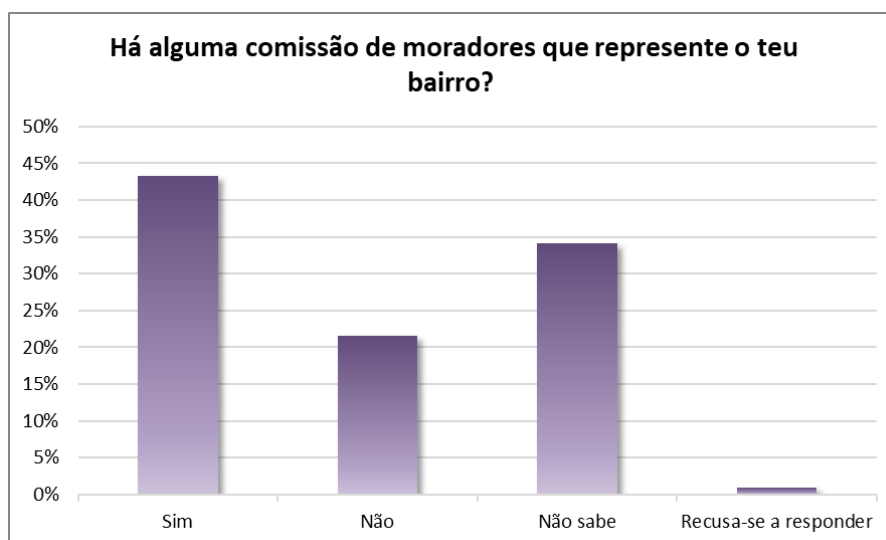


Quanto às entidades presentes no bairro e que ajudam a resolver os principais problemas no bairro, os inquiridos referem a polícia em cerca de 50% das vezes, seguida da igreja e da comissão de moradores. Note-se aqui o papel da igreja como entidade não governamental com uma presença destacada entre a comunidade.

SECÇÃO H – PARTICIPAÇÃO E NECESSIDADES

Entendemos que a comissão de moradores, como organização representativa dos moradores, pretende ser o elo ou porta-vozes entre os moradores e as entidades político-administrativas do bairro e do distrito. Do ponto de vista da inclusividade, o papel da comissão de moradores é vital para que as preocupações das comunidades sejam ouvidas e transmitidas aos órgãos da administração local presentes no bairro.

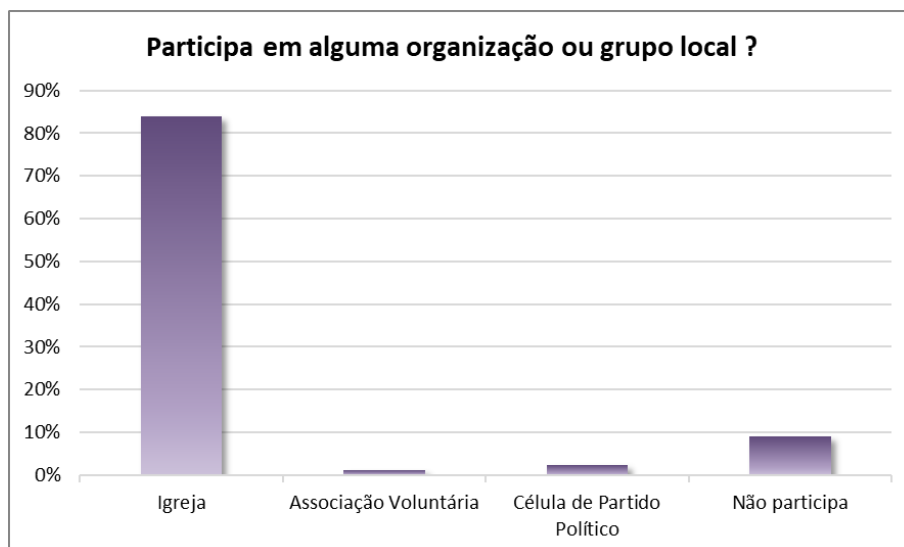
Entretanto, no caso do bairro do Marçal, nota-se a ausência da divulgação dos trabalhos da referida comissão de moradores ou até mesmo da sua existência. 20% dos inquiridos afirma que a mesma não existe e mais de 30% não sabe responder (totalizando mais de 50% de moradores com total desconhecimento da existência da comissão de moradores). Somente cerca de 40% dos inquiridos tem conhecimento da existência desta comissão.



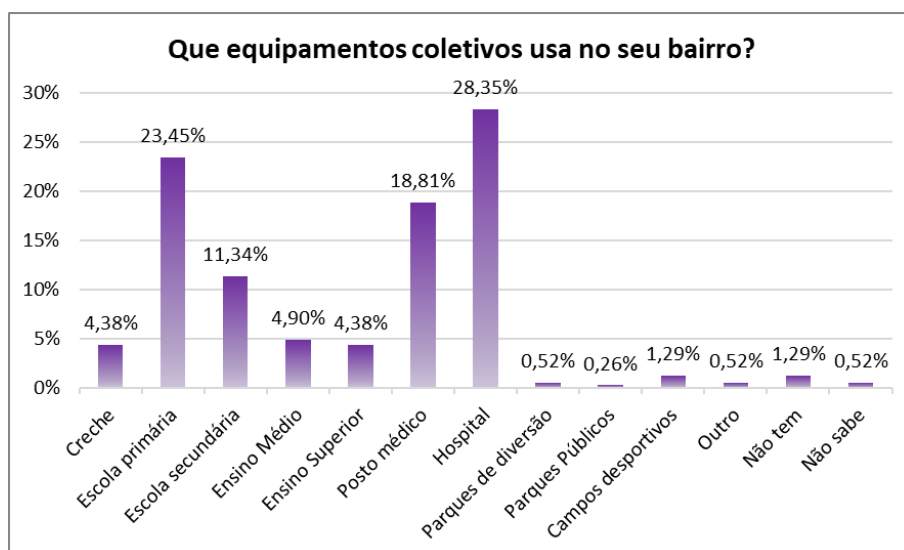
Contudo, o facto é ainda mais grave quando mais de 80% dos inquiridos afirma não fazer parte da comissão de moradores.



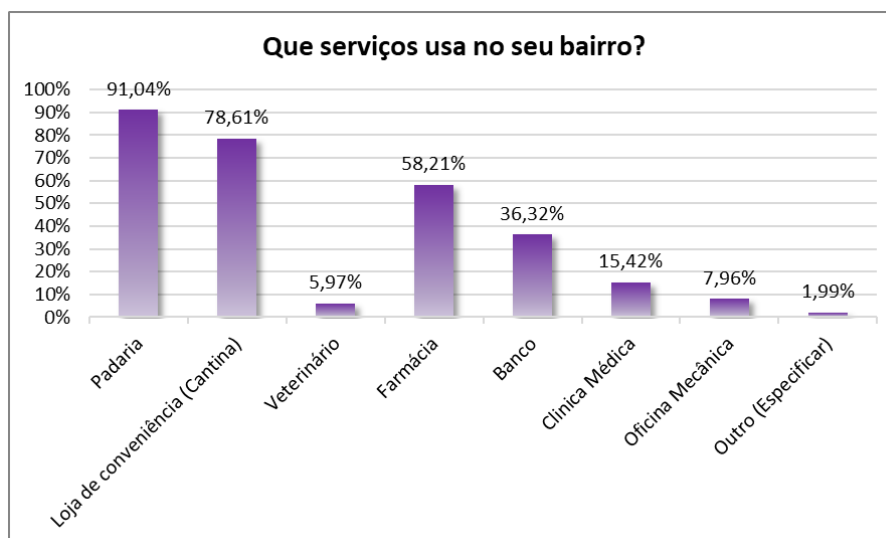
Em contrapartida, a influência da igreja sobre a comunidade é destacada. Mais de 80% afirma fazer parte de alguma entidade religiosa no interior do bairro.



O bairro apresenta uma variedade de equipamentos de ensino e de saúde principalmente para além de campos (espaços) com fim desportivo. Dentre estes equipamentos destacam-se o hospital e postos médicos como equipamentos mais frequentados pelos moradores do bairro, seguidos de escolas primárias e secundárias. A presença de serviços de proximidade e de bens de primeira necessidade tem impacto no quotidiano das famílias. No caso do Marçal, estes serviços estão presentes em quantidade razoável e acessíveis à pé.



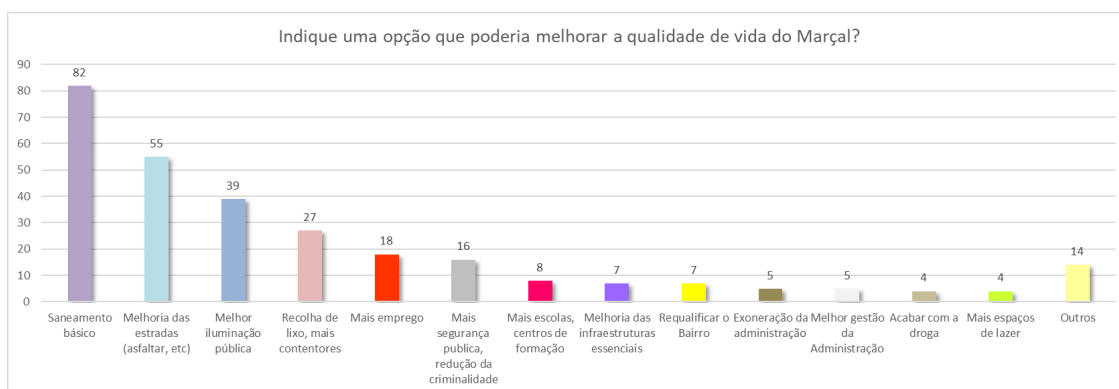
Quanto aos serviços presentes no bairro, constata-se também alguma variedade. O bairro conta com padarias, lojas de conveniência, farmácias, bancos, oficinas entre outros serviços. Desta lista destacam-se como serviços mais procurados as padarias, as lojas de conveniência e farmácias.



Os inquiridos quando confrontados com a questão do que poderia melhorar a vida no bairro do Marçal, 82 respostas referiram o saneamento básico, seguido da melhoria das estradas (55), melhoria da iluminação pública (39) e mais contentores para a recolha do lixo (27). Estas respostas indicam que no bairro do Marçal ainda há muito para se fazer ao nível das infraestruturas básicas, onde os níveis de acesso são ainda muito baixos.

Verifica-se que a segurança pública e a criminalidade são preocupações para alguns dos inquiridos e que a melhoria da iluminação pública poderia contribuir para a população se sentir mais segura. Os inquiridos também referem mais emprego no bairro como uma das melhorias que viam para o bairro.

As respostas de uma forma geral denotam a preocupação dos inquiridos com o assegurar da satisfação das necessidades mais básicas e a minimização dos problemas de saúde que daí podem advir.



Fase 2: Análise dos Resultados dos inquéritos

Desafios sobre a Análise dos Dados Recolhidos.

Com os resultados preliminares apurados há a necessidade de continuar a trabalhar com grupos focais e voluntários do bairro para a validação desses mesmos resultados, procurando uma análise mais focada e esclarecimento de dúvidas. O trabalho de análise, ainda em curso, começa a configurar-se como um novo desafio para os objectivos do LURA. As imagens que se seguem servirão de base para a apresentação de possíveis soluções para os problemas encontrados.

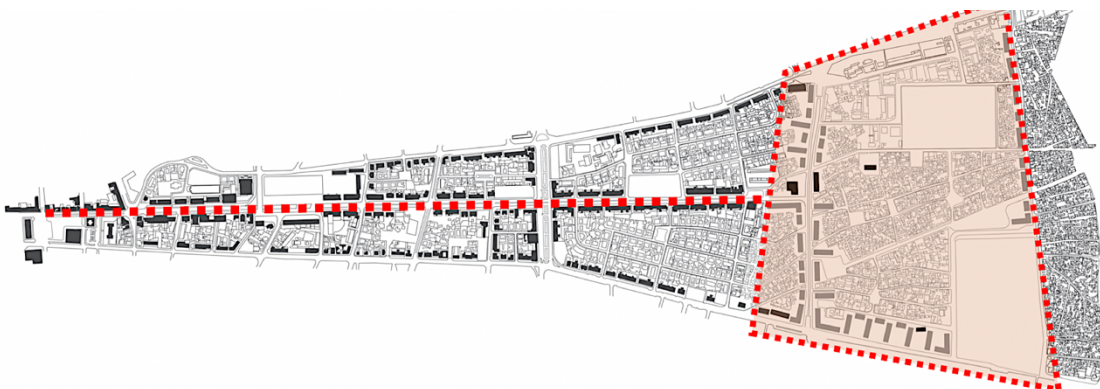
Habitação Coletiva

Proposta Preliminar

O modelo de habitação colectiva vertical in loco ainda é uma opção a considerar tendo em conta que a densidade de ocupação do solo é essencialmente horizontal.



O reforço da conexão entre a baixa da cidade e o bairro do Marçal é uma opção em estudo. O objectivo é interligar as duas realidades e reforçar a interacção das comunidades de ambos os polos especialmente no espaço público.



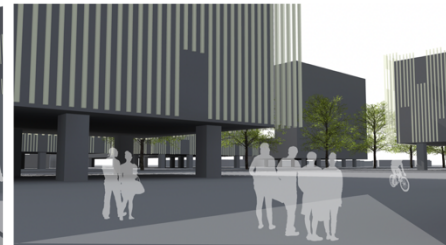
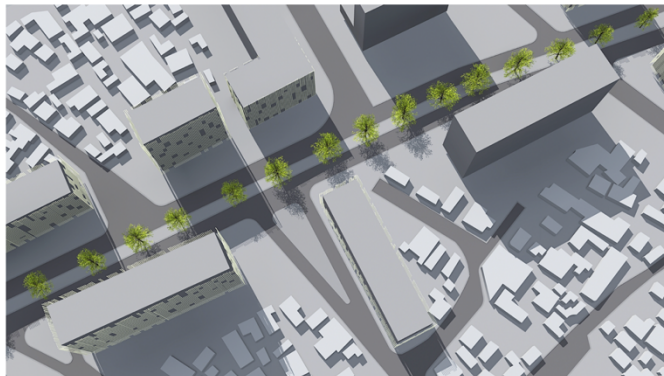
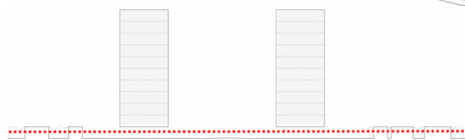
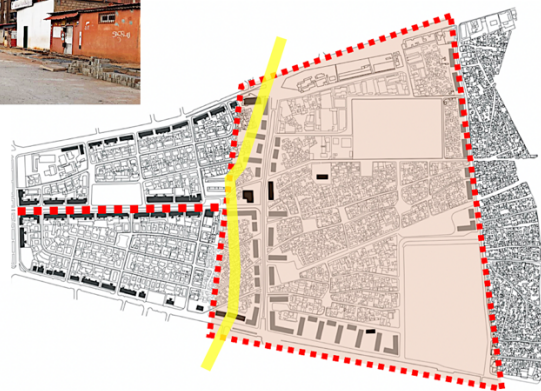
Entende-se a actual estrutura de circulação viária e pedonal como uma estrutura em evolução. Deste modo, pretende-se qualificar os espaços existentes para convívio, conferindo-lhe conforto em termos de sombreamento e pavimentação adequada. O desafio está na definição destes espaços como estritamente públicos, privados ou numa situação intermédia entre estes extremos.



2018



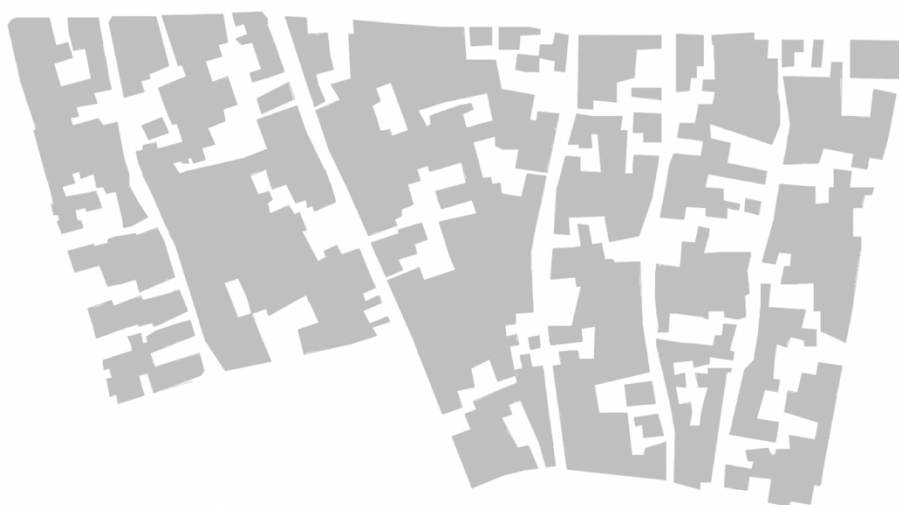
2021

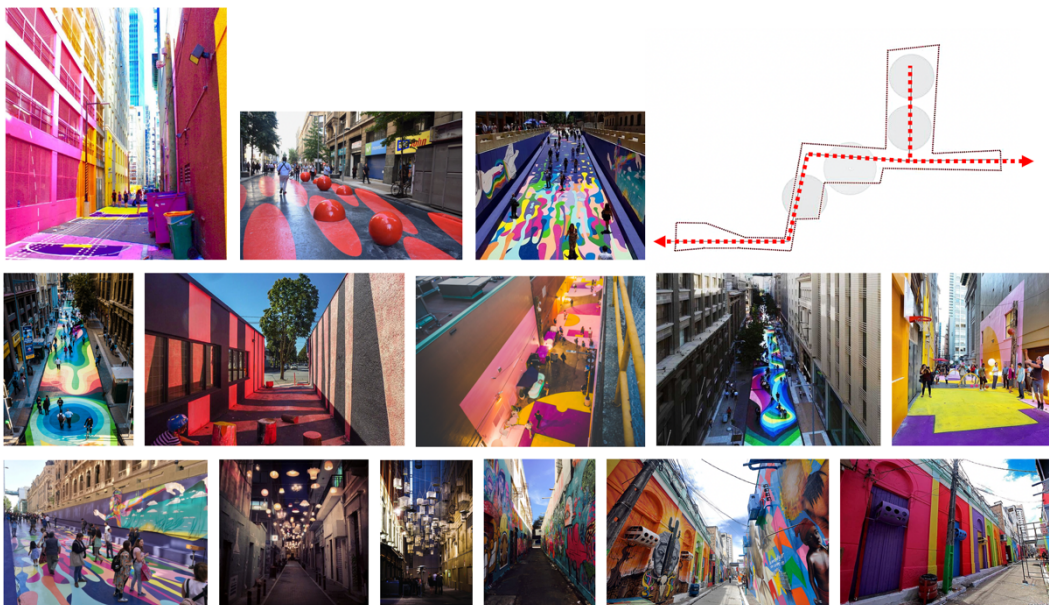
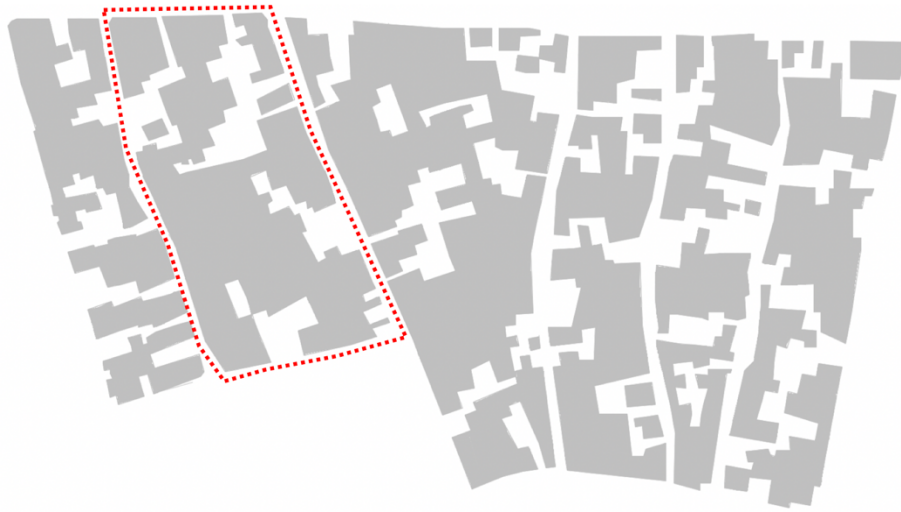


Espaço Público

Proposta de intervenção



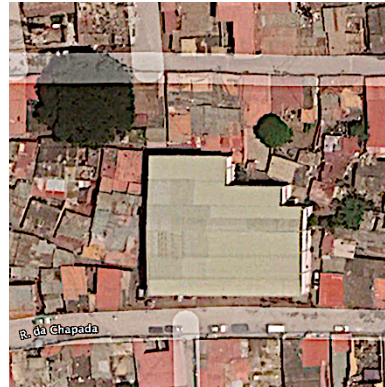




Mercado da Chapada

Equipamento Público – Proposta de Intervenção

Outra perspectiva de intervenção em estudo é a intervenção no Mercado da Chapada como equipamento/espço público. O mercado encontra-se em relativo bom estado de conservação com uma ocupação de vendedores abaixo dos 30%. Em parceria com outras associações pretende-se propor um programa de Centro Comunitário com Apoio Escolar (ATL), Clube de Leitura, Expressão Artística, Teatro entre outras actividades no andar superior do edifício. Este processo está em curso.





O acesso ao mercado faz-se por vias pavimentadas. Uma ala adjacente ao mercado, no rés-do-chão, foi cedida para instalação de uma Esquadra de Polícia. Esta proximidade com a Polícia poderá garantir maior segurança aos usuários do mercado bem como ao programa para a comunidade que se propõe.

